

Juiz Federal Titular da 7ª Vara Criminal de Porto Alegre, especializada em Crime Organizado, Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e Lavagem de Dinheiro. Mestre e Doutor em Direito (UFRGS).

Crimes Fédéraux

- ABUSO DE AUTORIDADE
- CRIMES CONTRA
A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
A ORDEM TRIBUTÁRIA
A PREVIDÊNCIA SOCIAL
AS TELECOMUNICAÇÕES
O MEIO AMBIENTE
O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
- CRIMES DE RESPONSABILIDADE
DE PREFEITOS
- CRIMES NAS LICITAÇÕES
- CRIMES NO ESTATUTO DO ÍNDIO
E NO ESTATUTO DO ESTRANGEIRO
- ESTELIONATO

- GENOCÍDIO
- INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA
- INVASÃO DE TERRAS DA UNIÃO
- LAVAGEM DE DINHEIRO
- MOEDA FALSA
- ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS
- PORNOGRAFIA INFANTIL
- PRECONCEITO OU DISCRIMINAÇÃO
- QUADRILHA OU BANDO
- TORTURA
- TRABALHO ESCRAVO
- TRÁFICO TRANSNACIONAL DE ARMAS, DROGAS, CRIANÇAS E PESSOAS

9ª edição

revista, atualizada e ampliada

2ª tiragem

2014

100 ANOS
Saraiva



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
 CEP 05413-909
 PABX: (11) 3613 3000
 SAC: 0800 011 7875
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Diretor editorial Luiz Roberto Curia

Gerente editorial Thaís de Camargo Rodrigues

Assistente editorial Poliana Soares Albuquerque

Produtora editorial Clarissa Boraschi Maria

Preparação de originais Ana Cristina Garcia

Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan

Luciana Cordeiro Shirakawa

Projeto gráfico, arte e diagramação Mônica Landi

Revisão de provas Amélia Kassis Ward

Cecília Deus

Paula Brito Araújo

Serviços editoriais Kelli Priscila Pinto

Surane Vellenich

Capa Casa de Ideias / Daniel Rampazzo

Produção gráfica Marti Rampim

Impressão Geográfica Editora

Acabamento Geográfica Editora

ISBN 978-85-02-22416-2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Baltazar Junior, José Paulo

Crimes federais / José Paulo Baltazar Junior. — 9. ed.
 rev., atual. e ampl. — São Paulo : Saraiva, 2014.

1. Abuso de direito - Brasil 2. Crime político - Brasil 3.
 Fraude - Brasil 4. Lavagem de dinheiro - Brasil 5.
 Sonegação fiscal - Brasil 6. Tráfico de drogas - Brasil I.
 Título.

14-02119

CDU-343(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Crimes federais : Direito penal
 343(81)

Data de fechamento da edição: 19-3-2014

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio
 ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e
 punido pelo artigo 184 do Código Penal.

137.576.009.002

Sumário

<i>Lista de abreviaturas e siglas</i>	9
<i>Prefácio (Élcio Pinheiro de Castro)</i>	127
<i>Apresentação (Ellen Gracie Northfleet)</i>	129
<i>Nota do Autor à 1ª edição</i>	131
<i>Nota à 9ª edição</i>	133
1. REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO (CP, ART. 149)	135
1. Noção	135
2. Bem Jurídico	136
3. Sujeito Ativo	136
4. Sujeito Passivo	137
5. Tipo Objetivo	138
5.1. Conceitos	138
5.2. Forma Básica	139
5.3. Formas Derivadas	144
5.4. Consentimento da Vítima	144
6. Tipo Subjetivo	144
7. Consumação	145
8. Penas	145
8.1. Causas de Aumento	145

Crimes Federais

9. Concurso de Crimes	145
9.1. Concurso Formal	145
9.2. Concurso Aparente	145
9.3. Concurso Material	146
10. Ação Penal	146
10.1. Competência	146
10.2. Perícia	146
10.3. Prisão Preventiva	146
REFERÊNCIAS	147
2. APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA (CP, ART. 168-A).....	148
1. Noção	148
1.1. Nomenclatura	148
1.2. Vigência	148
2. Constitucionalidade	149
2.1. Prisão por Dívida	149
2.2. Crítica	150
3. Bem Jurídico	151
4. Sujeito Ativo	152
4.1. Participação	152
4.2. Agentes Políticos	152
4.3. Pessoa Jurídica	154
4.4. Administrador Judicial	154
4.5. Empregador Doméstico	154
4.6. Responsabilidade Subjetiva	154
4.7. Sucessão	156
4.8. Participação Societária	157
5. Sujeito Passivo	157
6. Tipo Objetivo	158
6.1. Noção	158
6.2. Conduta	158
6.3. Crime Omissivo Próprio	158
6.4. Irrelevância da Inexistência de Desconto	162

6.5. Desnecessidade de Fraude	162
6.6. Apropriação	163
6.7. Objeto Material	163
6.7.1. Regimes Próprios	164
6.7.2. Contribuição sobre a Produção Rural	164
6.7.3. Outra Importância	165
6.7.4. Valores arrecadados do Público	166
6.7.5. Elemento Temporal	166
6.8. Lançamento Definitivo	166
6.9. Tipicidade Material e Princípio da Insignificância	167
6.9.1. Patamar da Insignificância	167
6.9.2. Juros e Multas	170
6.9.3. Parcelas Prescritas	170
6.9.4. Perdão Judicial	170
7. Tipo Subjetivo	171
7.1. Tipo Doloso	171
7.2. Ânimo de Apropriação	172
7.3. Ânimo de Fraude	173
7.4. Compensação	173
7.5. Erro de Tipo	174
8. Culpabilidade	175
8.1. Dificuldades Financeiras	175
8.1.1. Admissibilidade	175
8.1.2. Efeitos	177
8.1.3. Prova	178
8.2. Obediência Hierárquica	181
8.3. Erro de Proibição	181
9. Consumação	182
9.1. Tentativa	183
10. Local do Crime	183
11. Concurso de Crimes	184
11.1. Concurso Aparente	184
11.1.1. Apropriação Indébita (CP, art. 168-A)	184

Crimes Federais

11.1.2. Sonegação de Contribuição Previdenciária (CP, art. 337-A)	184
11.1.3. Lei 8.137/90, art. 2º, II	185
11.2. Concurso Material	185
11.3. Crime Continuado	185
11.3.1. Caracterização	185
11.3.2. Crimes da Mesma Espécie	187
11.3.3. Quantitativo do Aumento	187
11.3.4. Conflito de Leis no Tempo	187
11.3.5. Prescrição	188
11.3.6. Coisa Julgada	188
12. Pena	189
12.1. Quantitativo	189
12.2. Primeira Fase	190
12.3. Segunda Fase	191
12.4. Terceira Fase	191
12.5. Substituição por PRD	191
13. Ação Penal	191
13.1. Procedimento Administrativo	191
13.2. Questão Prejudicial	192
13.3. Inquérito Policial	192
13.4. Perícia Contábil	193
13.5. Reunião de Processos	193
13.6. Prisão Preventiva	195
13.7. Denúncia	195
14. Extinção da Punibilidade	195
14.1. Pagamento	196
14.2. Parcelamento	197
14.3. PAEX (Lei 11.941/09, arts. 68 e 69)	198
14.4. PAES (Lei 10.684/03, art. 9º)	198
14.5. Inexistência de Limite Processual	198
15. Anistia (Lei 9.639/98, art. 11)	199
16. CP, art. 168-A, § 1º, II	199
17. CP, art. 168-A, § 1º, III	200

REFERÊNCIAS	201
3. ESTELIONATO (CP, ART. 171)	204
1. Noção.....	204
1.1. Fraude Penal e Fraude Civil	204
2. Bem Jurídico	205
3. Sujeito Ativo.....	205
3.1. Participação Dolosamente Distinta	206
4. Sujeito Passivo	207
5. Tipo Objetivo	207
5.1. Vantagem para Terceiro	207
5.2. Artificio	207
5.2.1. Cheque.....	208
5.3. Ardil	208
5.4. Outro Meio Fraudulento	208
5.4.1. Silêncio	208
5.5. Erro	209
5.6. Objeto.....	209
5.7. Princípio da Insignificância	209
5.8. Adequação Social	211
5.9. Casuística	211
5.9.1. Estelionato Judiciário.....	211
5.9.2. Fraudes em Certames de Interesse Público	213
5.9.3. FGTS.....	213
5.9.4. Crime Configurado	214
5.9.5. Crime Não Configurado	216
6. Tipo Subjetivo	216
6.1. Elemento Subjetivo Não Configurado	217
6.2. Erro de Proibição	218
6.3. Erro de Tipo.....	218
7. Ilicitude	219
7.1. Estado de Necessidade.....	219
7.2. Exercício Regular de Direito	219

Crimes Federais

8. Culpabilidade	219
8.1. Inexigibilidade de Conduta Diversa	219
9. Consumação	220
9.1. Estelionato “de Rendas”	220
9.2. Crime Instantâneo	221
9.3. Crime Continuado	222
9.4. Ressarcimento do Dano	222
10. Tentativa	223
10.1. Crime Impossível	223
10.1.1. Reconhecimento	223
10.1.2. Não Reconhecimento	223
10.1.3. Flagrante Esperado	224
11. Concurso de Crimes	224
11.1. Concurso Aparente	224
11.1.1. Furto com Fraude	224
11.1.2. Apropriação Indébita	225
11.1.3. Fraude no Pagamento por meio de Cheque	225
11.1.4. Fraude contra Incapazes	225
11.1.5. Moeda Falsa	225
11.1.6. Falsidade	225
11.1.7. Peculato	227
11.1.8. Tráfico de Influência	228
11.1.9. Fraude Processual	228
11.1.10. Crime contra a Ordem Tributária	228
11.2. Concurso Material	228
11.2.1. Receptação	228
11.2.2. Falso Material	228
11.2.3. Curandeirismo	229
11.3. Crime Continuado	229
12. Pena	229
12.1. Estelionato Privilegiado (CP, art. 171, § 1º)	230
12.2. Estelionato Majorado (CP, art. 171, § 3º)	230
12.2.1. Contra os Correios	231

12.2.2. Contra o INSS	231
12.2.3. Contra a CEF	231
13. Extinção da Punibilidade	232
14. Ação Penal	232
14.1. Competência Territorial	232
14.1.1. JF	233
14.1.2. JE	234
14.2. Reunião de Feitos	235
14.3. Perícia	236
15. Alienação de Coisa Alheia como Própria (CP, art. 171, § 2º, I)	236
15.1. Sujeito Ativo	236
15.2. Tipo Objetivo	236
15.2.1. Terras Indígenas	236
15.2.2. Coisa Fungível	237
15.3. Tipo Subjetivo	237
15.3.1. Erro de Tipo	237
15.3.2. Erro de Proibição	237
15.4. Consumação	237
15.5. Concurso de Crimes	237
15.5.1. Distinções	238
15.6. Ação Penal	238
16. Defraudação de Penhor (CP, art. 171, § 2º, III)	238
16.1. Noção	238
16.2. Tipo Objetivo	238
16.2.1. Crime Não Configurado	239
16.3. Tipo Subjetivo	239
16.4. Consumação	239
16.5. Concurso de Crimes	239
16.5.1. Concurso Aparente	239
16.5.2. Concurso Formal	239
16.6. Ação Penal	239
4. TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOA PARA FIM DE EXPLORAÇÃO SEXUAL (CP, ART. 231)	240

Crimes Federais

1. Noção	240
2. Bem Jurídico	243
3. Sujeito Ativo	243
4. Sujeito Passivo	244
5. Tipo Objetivo	244
5.1. Forma Básica	244
5.2. Forma Derivada	246
6. Tipo Subjetivo	246
7. Consumação	247
7.1. Tentativa	247
8. CONCURSO DE CRIMES	247
8.1. Concurso Aparente	247
8.1.1. Vítima Criança ou Adolescente	247
8.2. Concurso Formal	247
8.3. Crime Continuado	248
8.4. Concurso Material	248
9. Pena	248
9.1. Formas Majoradas	248
9.2. Pena de Multa	249
10. AÇÃO PENAL	249
10.1. Competência	249
10.2. Flagrante	250
10.3. Segredo de Justiça	250
REFERÊNCIAS	250
5. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA (CP, ART. 288)	252
1. Noção	252
2. Bem Jurídico	252
3. Sujeito Ativo	252
4. Tipo Objetivo	253
4.1. Associação Criminosa e Pessoa Jurídica	254
4.2. Crime Não Configurado	256

5. Tipo Subjetivo	256
6. Consumação	257
6.1. Tentativa	258
6.2. Crime Permanente	258
6.2.1. Termo Inicial da Prescrição	258
7. Pena	258
7.1. Crime Hediondo	258
7.2. Primeira Fase	258
7.3. Segunda Fase	258
7.4. Terceira Fase	259
7.4.1. Associação Criminosa Armada	259
7.4.2. Participação de Criança ou Adolescente	259
7.5. Pena de Multa	259
8. Concurso de Crimes	259
8.1. Concurso Aparente	259
8.2. Crime Único	260
8.3. Concurso Material	260
8.3.1. Associação Criminosa e Roubo Majorado	261
8.3.2. Associação Criminosa Armada	261
8.4. Crime Continuado	261
9. Ação Penal	262
9.1. Competência	262
9.1.1. JF	262
9.1.2. JE	262
9.1.3. Justiça Comum e Justiça Militar	262
9.1.4. Juízo Falimentar	262
9.1.5. Conexão	263
9.1.6. Competência Territorial	263
9.1.7. Separação dos Feitos	263
9.2. Busca e Apreensão em Domicílio	263
9.3. Denúncia	263
9.3.1. Associação Criminosa para Sonegação Fiscal e Lançamento Definitivo	264
9.4. Sentença	264

Crimes Federais

9.5. Prova	264
10. Extinção da Punibilidade	264
REFERÊNCIAS	265
6. MOEDA FALSA (CP, ARTS. 289 A 291).....	266
1. Noção	266
2. Bem Jurídico	266
3. Princípio da Insignificância	266
4. Sujeito Passivo	267
5. Pena	267
5.1. Pena Abstrata	267
5.2. Primeira Fase	267
6. Tipo Básico (CP, art. 289, <i>caput</i>)	268
6.1. Noção	268
6.2. Sujeito Ativo	268
6.3. Tipo Objetivo	268
6.3.1. Condutas	268
6.3.2. Objeto	268
6.3.3. Imitação da Verdade	269
6.3.4. Tipo Subjetivo	270
6.3.5. Consumação	270
6.3.6. Concurso de Crimes	270
6.3.7. Ação Penal	270
7. Formas Derivadas (CP, art. 289, § 1º)	271
7.1. Bem Jurídico	271
7.2. Sujeito Ativo	271
7.3. Tipo Objetivo	271
7.4. Imitação da Verdade	271
7.5. Tipo Subjetivo	272
7.5.1. Embriaguez	274
7.5.2. Erro de Proibição	275
7.6. Ilícitude	275
7.6.1. Estado de Necessidade	275

7.7. Consumação.....	275
7.7.1. Tentativa.....	275
7.8. Concurso de Crimes.....	275
7.8.1. Crime Único.....	275
7.8.2. Concurso Aparente.....	276
7.8.3. Crime Continuado.....	276
7.9. Ação Penal.....	276
7.9.1. Competência.....	276
7.9.2. Conexão.....	277
7.10. Denúncia.....	277
7.11. Prova.....	277
7.11.1. Ônus da Prova.....	277
7.11.2. Perícia.....	277
7.12. Prisão em Flagrante.....	278
8. Forma Privilegiada (art. 289, § 2º).....	278
8.1. Sujeito Ativo.....	278
8.2. Tipo Objetivo.....	278
8.3. Tipo Subjetivo.....	278
8.4. Consumação.....	278
8.4.1. Tentativa.....	278
9. Forma Qualificada (art. 289, § 3º).....	279
9.1. Sujeito Ativo.....	279
9.2. Tipo Objetivo.....	279
9.3. Tipo Subjetivo.....	279
9.4. Consumação.....	279
10. Crimes Assimilados ao de Moeda Falsa (art. 290).....	279
10.1. Sujeito Ativo.....	279
10.2. Tipo Objetivo.....	279
10.3. Tipo Subjetivo.....	280
10.4. Consumação.....	280
11. Petrechos para Falsificação de Moeda (art. 291).....	280
11.1. Sujeito Ativo.....	280
11.2. Tipo Objetivo.....	280

11.3. Tipo Subjetivo	281
11.4. Consumação	281
11.5. Concurso de Crimes	281
11.6. Pena	281
REFERÊNCIA	281
7. CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL (CP, ARTS. 312 A 327)	282
1. Bem Jurídico	282
2. Classificação	282
3. Conceito de Funcionário Público	283
3.1. Terminologia	283
3.2. Caráter Ampliativo	283
3.3. Cargo Público	283
3.4. Emprego Público	284
3.5. Função Pública	284
3.6. Início da Condição de Funcionário	285
3.7. Ex-Funcionário	285
3.8. Casuística	286
3.8.1. Aplicabilidade do Conceito	286
3.8.2. Inaplicabilidade do Conceito	286
3.8.3. Administrador Judicial	287
3.8.4. Médico Conveniado ao SUS	287
3.8.5. Advogado Dativo	287
3.9. Funcionário Público por Equiparação	287
3.9.1. Administração Indireta	287
3.9.2. Prestadoras de Serviço Contratadas ou Conveniadas	288
3.9.3. Cargo, Emprego ou Função	289
3.9.4. Empregado de Concessionário de Serviço Público	289
3.9.5. Terceiro Setor	290
3.9.6. Dirigente Sindical	290
3.9.7. Aplicabilidade do § 1º ao Funcionário como Vítima do Delito	290
3.10. Outros Conceitos Legais	290
3.11. Particular como Coautor de Crime Funcional	291

3.12. Pena	291
3.12.1. Primeira Fase	291
3.12.2. Terceira Fase	291
3.13. Efeitos da Condenação	292
3.13.1. Perda do Cargo	292
3.13.2. Reparação do Dano	292
3.14. Questões Processuais	292
3.14.1. Notificação Prévia	292
3.14.2. Competência	294
4. Peculato (art. 312)	294
4.1. Noção	294
4.2. Modalidades de Peculato	295
4.3. Bem Jurídico	295
4.4. Sujeito Ativo	295
4.5. Sujeito Passivo	295
4.6. Ação Penal	295
4.7. Aprovação das Contas	296
4.8. Peculato-Apropriação (CP, art. 312, <i>caput</i> , 1ª figura)	296
4.8.1. Tipo Objetivo	296
4.8.1.1. Pressuposto Material	296
4.8.1.2. Objeto Material	297
4.8.1.3. Conduta	297
4.8.1.4. Crime Configurado	297
4.8.1.5. Princípio da Insignificância	298
4.8.2. Tipo Subjetivo	298
4.8.2.1. Peculato de Uso	299
4.8.3. Inexigibilidade de Conduta Diversa	299
4.8.4. Consumação	299
4.8.4.1. Tentativa	299
4.8.4.2. Reparação ou Restituição	299
4.8.5. Pena	300
4.8.6. Concurso de Crimes	300
4.8.6.1. Concurso Aparente	300

4.8.6.1.1. Estelionato	300
4.8.6.2. Crime Continuado	300
4.9. Peculato-Desvio (CP, art. 312, <i>caput</i> , 2ª figura)	300
4.9.1. Tipo Objetivo.	300
4.9.1.1. Pressuposto e Objeto Material	300
4.9.1.2. Conduta.	301
4.9.1.3. Crime Configurado.	301
4.9.1.4. Crime Não Configurado.	302
4.9.2. Tipo Subjetivo	303
4.9.3. Consumação	303
4.9.3.1. Restituição.	303
4.9.4. Distinções.	304
4.9.5. Concurso de Crimes	304
4.9.6. Ação Penal	304
4.9.6.1. Competência	304
4.9.6.1.1. JF.	304
4.9.6.1.2. JE.	304
4.9.6.1.3. Competência Territorial.	304
4.9.6.2. Prova	305
4.9.6.3. Procedimento Administrativo	305
4.10. Peculato-Furto (CP, art. 312, § 1º).	305
4.10.1. Bem Jurídico	305
4.10.2. Tipo Objetivo.	305
4.10.2.1. Conduta.	305
4.10.2.2. Objeto	306
4.10.2.3. Crime Configurado.	306
4.10.2.4. Crime Não Configurado.	307
4.10.2.5. Princípio da Insignificância	307
4.10.3. Tipo Subjetivo	307
4.10.4. Consumação	307
4.10.4.1. Reparação do Dano.	307
4.10.5. Distinções.	307
4.10.6. Concurso de Crimes	308
4.10.6.1. Concurso Material	308

4.10.6.2. Crime Continuado	308
4.10.7. Pena	308
4.10.8. Ação Penal	308
4.10.8.1. Flagrante Esperado	308
4.11. Peculato Culposo (CP, art. 312, § 2º)	308
4.11.1. Noção	308
4.11.2. Sujeito Ativo	308
4.11.3. Tipo Objetivo	309
4.11.4. Extinção da Punibilidade	309
5. Peculato Mediante Erro de Outrem (CP, art. 313)	309
5.1. Sujeito Ativo	309
5.2. Tipo Objetivo	309
5.3. Tipo Subjetivo	309
5.4. Consumação	310
6. Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informações (CP, art. 313-A)	310
6.1. Noção	310
6.2. Sujeito Ativo	310
6.3. Tipo Objetivo	311
6.3.1. Elemento Normativo	311
6.3.2. Objeto	311
6.4. Tipo Subjetivo	312
6.5. Consumação	312
6.6. Pena	313
7. Modificação ou Alteração Não Autorizada de Sistema de Informações (CP, art. 313-B)	313
7.1. Noção	313
7.2. Sujeito Ativo	313
7.3. Tipo Objetivo	313
7.3.1. Condutas	313
7.3.2. Objeto	313
7.3.3. Elemento Normativo	314
7.3.4. Crime Configurado	314
7.4. Elemento Subjetivo	314
7.5. Distinção	314

8. Extravio, Sonegação ou Inutilização de Livro ou Documento (CP, art. 314).....	314
8.1. Noção.....	314
8.2. Sujeito Ativo.....	315
8.3. Tipo Objetivo.....	315
8.4. Tipo Subjetivo.....	316
8.5. Pena.....	316
9. Emprego Irregular de Verbas ou Rendas Públicas (CP, art. 315).....	316
9.1. Noção.....	316
9.2. Sujeito Ativo.....	316
9.3. Tipo Objetivo.....	316
9.4. Consumação.....	316
10. Concussão (CP, art. 316).....	316
10.1. Noção.....	316
10.2. Bem Jurídico.....	317
10.3. Sujeito Ativo.....	317
10.4. Sujeito Passivo.....	317
10.5. Tipo Objetivo.....	317
10.5.1. Conduta.....	317
10.5.2. Vantagem Indevida.....	318
10.5.3. Crime Configurado.....	318
10.5.4. Princípio da Insignificância.....	319
10.6. Tipo Subjetivo.....	319
10.6.1. Erro de Proibição.....	319
10.7. Consumação.....	319
10.7.1. Tentativa.....	320
10.7.2. Flagrante Esperado.....	320
10.8. Distinções.....	321
10.8.1. Concussão e Excesso de Exação.....	321
10.8.2. Concussão e Corrupção.....	321
10.8.3. Concussão e Extorsão.....	322
10.8.4. Concussão e Estelionato.....	322
10.8.5. Concussão e Prevaricação.....	322
10.8.6. Servidor Fazendário.....	322

10.9. Concurso de Crimes	323
10.10. Pena	323
10.11. Ação Penal	323
10.11.1. Competência	323
10.11.2. Médico Conveniado ao SUS e Administrador Hospitalar	323
10.11.3. Militar	324
10.11.4. Conexão	324
10.11.5. Prova	324
11. Excesso de Exação (CP, art. 316, § 1º)	325
11.1. Noção	325
11.2. Sujeito Ativo	325
11.3. Tipo Objetivo	325
11.4. Tipo Subjetivo	326
11.5. Consumação	326
11.6. Distinções	326
12. Excesso de Exação Qualificado (CP, art. 316, § 2º)	326
12.1. Noção	326
12.2. Sujeito Ativo	327
12.3. Tipo Objetivo	327
12.4. Tipo Subjetivo	327
13. Corrupção Passiva (CP, art. 317)	327
13.1. Noção	327
13.2. Bem Jurídico	328
13.3. Sujeito Ativo	328
13.3.1. Servidor Fazendário	329
13.4. Sujeito Passivo	329
13.5. Tipo Objetivo	330
13.5.1. Conduta	330
13.5.2. Ato Determinado	330
13.5.3. Corrupção Própria e Imprópria	331
13.5.4. Corrupção Antecedente e Consequente	331
13.5.5. Relação com a Função Pública	331
13.5.6. Vantagem Indevida	331

13.5.7. Princípio da Insignificância.....	332
13.5.8. Pequenos Presentes	332
13.5.9. Crime Configurado.....	332
13.6. Tipo Subjetivo	333
13.7. Consumação.....	333
13.7.1. Tentativa.....	334
13.8. Distinções.....	334
13.8.1. Corrupção e Advocacia Administrativa	334
13.9. Concurso de Crimes	334
13.9.1. Concurso Material.....	334
13.10. Pena	335
13.10.1. Primeira Fase	335
13.10.2. Terceira Fase	335
13.10.2.1. Corrupção Passiva Majorada (CP, art. 317, § 1º).....	335
13.11. Ação Penal	335
13.11.1. Competência	335
13.11.1.1. JF	335
13.11.1.2. Continência	335
13.11.1.3. Prerrogativa de Função.....	336
13.11.1.4. Médico	336
13.11.1.5. Militar	336
13.11.2. Prova.....	336
14. Corrupção Passiva Privilegiada (CP, art. 317, § 2º)	336
14.1. Noção	336
14.2. Sujeito Ativo.....	336
14.3. Tipo Objetivo.....	336
14.4. Tipo Subjetivo	337
14.5. Consumação.....	337
15. Facilitação de Contrabando ou Descaminho (CP, art. 318)	337
15.1. Noção	337
15.2. Sujeito Ativo.....	337
15.3. Tipo Objetivo	338
15.4. Tipo Subjetivo	339
15.5. Consumação	339

15.6. Concurso de Crimes	339
15.6.1. Concurso Aparente	339
15.6.2. Concurso Material	339
15.7. Pena	340
15.8. Ação Penal	340
15.8.1. Competência	340
15.8.2. Prejudicial	340
16. Prevaricação (CP, art. 319)	340
16.1. Noção	340
16.2. Bem Jurídico	340
16.3. Tipo Objetivo	340
16.3.1. Conduta	340
16.3.2. Elemento Normativo	341
16.3.3. Violação de Lei Expressa	341
16.3.4. Ato de Ofício	341
16.4. Tipo Subjetivo	342
16.5. Consumação	343
16.5.1. Tentativa	343
16.6. Concurso de Crimes	343
16.6.1. Concurso Aparente	343
16.7. Ação Penal	344
16.7.1. Denúncia	344
17. CP, art. 319-A	344
17.1. Noção	344
17.2. Sujeito Ativo	344
17.3. Tipo Objetivo	344
17.4. Tipo Subjetivo	344
17.5. Consumação	344
17.6. Concurso de Crimes	344
17.6.1. Concurso Aparente	344
17.7. Ação Penal	345
17.7.1. Competência	345
18. Condescendência Criminosa (CP, art. 320)	345

18.1. Noção	345
18.2. Sujeito Ativo	345
18.3. Tipo Objetivo	345
18.4. Tipo Subjetivo	345
18.5. Consumação	345
18.6. Ação Penal	345
18.6.1. Competência	345
19. Advocacia Administrativa (CP, art. 321)	346
19.1. Sujeito Ativo	346
19.2. Bem Jurídico	346
19.3. Tipo Objetivo	346
19.3.1. Crime Não Configurado	347
19.3.2. Exercício Regular de Direito	347
19.4. Tipo Subjetivo	347
19.5. Consumação	347
19.6. Distinções	348
19.6.1. Corrupção Passiva e Advocacia Administrativa	348
19.6.2. Formas Específicas	348
19.7. Ação Penal	348
19.7.1. Interceptação Telefônica	348
20. Violência Arbitrária (CP, art. 322)	348
20.1. Vigência	348
20.2. Sujeito Ativo	348
20.3. Tipo Objetivo	348
20.4. Tipo Subjetivo	349
20.5. Consumação	349
20.6. Concurso de Crimes	349
21. Abandono de Função (CP, art. 323)	349
21.1. Sujeito Ativo	349
21.2. Tipo Objetivo	349
21.3. Tipo Subjetivo	349
21.4. Consumação	350
21.5. Ação Penal	350

22. Violação de Sigilo Funcional (art. 325)	350
22.1. Noção	350
22.2. Sujeito Ativo	350
22.3. Tipo Objetivo	350
22.3.1. Modalidade Básica (“caput”)	350
22.3.2. Acesso Não Autorizado (§ 1º)	351
22.4. Tipo Subjetivo	351
22.5. Consumação	351
22.6. Distinção	351
23. Violação de Sigilo de Proposta de Concorrência (art. 26)	352
REFERÊNCIAS	352
8. DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL (CP, ARTS. 328 A 337)	353
1. Usurpação de Função Pública (CP, art. 328)	353
1.1. Bem Jurídico	353
1.2. Sujeito Ativo	353
1.3. Sujeito Passivo	354
1.4. Tipo Objetivo	354
1.4.1. Crime Configurado	354
1.4.2. Crime Não Configurado	355
1.4.3. Forma Qualificada	355
1.5. Tipo Subjetivo	356
1.6. Consumação	356
1.7. Concurso de Crimes	356
1.8. Distinções	356
1.8.1. Estelionato (CP, art. 171)	356
1.8.2. Atribuir-se Falsamente Autoridade para Celebração de Casamento (CP, art. 238)	357
1.8.3. Simulação da Qualidade de Funcionário (LCP, art. 45)	357
1.9. Ação Penal	357
1.9.1. Competência	357
2. Resistência (art. 329)	357
2.1. Sujeito Ativo	357
2.2. Sujeito Passivo	357

2.3. Tipo Objetivo	358
2.3.1. Momento	358
2.3.2. Violência ou Ameaça	358
2.3.3. Ato Legal	359
2.3.4. Resistência Qualificada	359
2.4. Tipo Subjetivo	359
2.4.1. Embriaguez	360
2.5. Consumação	360
2.5.1. Pena	360
2.6. Concurso de Crimes	360
2.7. Pena	360
2.8. Ação Penal	361
2.8.1. Competência	361
3. Desobediência (CP, art. 330)	361
3.1. Sujeito Ativo	361
3.1.1. Prefeito Municipal	362
3.1.2. Participação	362
3.2. Tipo Objetivo	362
3.2.1. Conduta	362
3.2.2. Ordem e Regra	363
3.2.3. Pedido ou Solicitação	363
3.2.4. Ordem Legal	363
3.2.5. Ordem Illegal	363
3.2.6. Ordem Suspensa	364
3.2.7. Autoridade Incompetente	364
3.2.8. Transmissão Direta da Ordem	364
3.2.9. Advertência	364
3.2.10. Sanção Extrapenal sem Ressalva	365
3.2.11. Descumprimento de Transação Penal	366
3.4. Tipo Subjetivo	366
3.4.1. Ausência do Elemento Subjetivo	367
3.4.2. Impossibilidade Material	367
3.4.3. Impossibilidade Jurídica	368
3.4.4. Embriaguez	368

3.4.5. Erro de Proibição	368
3.5. Ilícitude	368
3.5.1. Exercício Regular do Direito de Não Autoincriminação	368
3.5.2. Fuga	369
3.6. Culpabilidade	371
3.6.1. Obediência Hierárquica	371
3.7. Consumação	372
3.8. Distinções	372
3.9. Concurso de Crimes	373
3.10. Ação Penal	374
3.10.1. Competência	374
3.10.2. Prisão	374
4. Desacato (CP, art. 331)	374
4.1. Noção	374
4.2. Bem Jurídico	374
4.3. Sujeito Ativo	374
4.4. Sujeito Passivo	375
4.5. Tipo Objetivo	375
4.5.1. Conduta	375
4.5.2. Relação com a Função	375
4.5.3. Presença do Funcionário	375
4.5.4. Desnecessidade da Presença de Terceiro	375
4.5.5. Crime Configurado	375
4.6. Tipo Subjetivo	376
4.6.1. Ausência do Elemento Subjetivo	376
4.7. Ilícitude	377
4.7.1. Inaplicabilidade da Imunidade Judiciária	377
4.8. Concurso de Crimes	377
4.9. Ação Penal	377
4.9.1. Denúncia	378
4.9.2. Prova	378
5. Tráfico de Influência (art. 332)	378
5.1. Bem Jurídico	378

Crimes Federais

5.2. Sujeito Ativo	378
5.3. Sujeito Passivo	378
5.4. Tipo Objetivo	378
5.4.1. Crime Configurado	379
5.5. Tipo Subjetivo	379
5.6. Consumação	380
5.7. Concurso de Crimes	380
5.7.1. Concurso Aparente	380
5.7.2. Concurso Formal	380
5.8. Pena	380
5.9. Ação Penal	380
5.9.1. Competência	380
5.9.1.1. JF	380
5.9.1.2. JE	381
6. Corrupção Ativa (CP, art. 333)	381
6.1. Noção	381
6.2. Sujeito Ativo	381
6.3. Sujeito Passivo	382
6.4. Tipo Objetivo	382
6.4.1. Iniciativa do Funcionário	382
6.4.2. Crime Configurado	383
6.4.3. Crime Não Configurado	383
6.5. Tipo Subjetivo	383
6.5.1. Ausência do Elemento Subjetivo	384
6.6. Consumação	384
6.6.1. Tentativa	384
6.6.2. Flagrante Preparado	384
6.7. Concurso de Crimes	384
6.7.1. Concurso Aparente	385
6.7.2. Concurso Material	385
6.8. Pena	385
6.9. Ação Penal	385
6.9.1. Competência	385
6.9.1.1. JE	385

6.9.1.2. JF	385
6.9.1.3. Competência Territorial	385
6.9.2. Prova	385
7. Contrabando (CP, art. 334, <i>caput</i> , 1ª figura)	386
7.1. Noção	386
7.2. Bem Jurídico	386
7.3. Sujeito Ativo	386
7.4. Tipo Objetivo	386
7.4.1. Proibição Absoluta e Relativa	387
7.4.2. Objeto	387
7.4.3. Cigarro	388
7.4.4. Crime Não Configurado	388
7.4.4.1. Veículo Usado em Zona de Fronteira	388
7.4.5. Princípio da Insignificância	389
7.5. Tipo Subjetivo	390
7.6. Consumação	390
7.7. Concurso de Crimes	391
7.7.1. Internação de Mercadorias Proibidas e Permitidas	391
7.7.2. Concurso Aparente	391
7.7.3. Concurso Formal	392
7.8. Pena	392
7.8.1. Primeira Fase	392
7.8.2. Efeitos da Condenação	392
7.9. Ação Penal	393
7.9.1. Competência	393
7.9.1.1. Competência Territorial	393
7.9.2. Perícia	393
7.9.3. Apreensão	393
8. Descaminho (CP, art. 334, <i>caput</i> , 2ª figura)	393
8.1. Noção	393
8.2. Bem Jurídico	394
8.3. Sujeito Passivo	394
8.4. Sujeito Ativo	394

8.4.1. Guia Turístico, Motorista, Promotor de Excursão e Proprietário de Agência de Viagens	395
8.5. Tipo Objetivo	396
8.5.1. Conduta	396
8.5.2. Fraude	397
8.5.3. Objeto Material	399
8.5.4. Destinação Comercial	399
8.5.5. Habitualidade	399
8.5.6. Quota Legal de Isenção para Bagagem	399
8.5.7. Equiparação das Quotas Aérea e Terrestre para Efeitos Penais.	400
8.5.8. Modificação da Quota ou de Alíquota	400
8.5.9. Princípio da Insignificância	401
8.5.9.1. Limite	402
8.5.9.2. PIS e COFINS	403
8.5.9.3. Fracionamento e Coautoria ou Participação	403
8.5.9.4. Habitualidade	403
8.5.9.5. Insignificância Não Reconhecida	405
8.5.9.6. Aplicação ao Crime-Meio	405
8.5.9.7. Princípio da Adequação Social	406
8.6. Tipo Subjetivo	406
8.6.1. Erro de Tipo	406
8.6.2. Erro de Proibição	407
8.7. Dificuldades Financeiras	407
8.8. Consumação	407
8.8.1. Tentativa	408
8.9. Pena	408
8.9.1. Descaminho Majorado (§ 3º)	408
8.10. Concurso de Crimes	408
8.10.1. Internação de Mercadorias Proibidas e Permitidas	408
8.10.2. Forma Básica e Delitos do § 1º	408
8.10.3. Veículo Furtado	408
8.10.4. Uso de Documento Falso	408
8.10.4.1. Nota Fiscal	409
8.10.4.2. Declaração de Bagagem Acompanhada	409

8.10.5. Crime contra a Ordem Tributária	409
8.10.6. Violação de Direito Autoral (CP, art. 184)	410
8.10.7. Crime Continuado	411
8.11. Pena	411
8.11.1. Primeira Fase	411
8.11.2. Segunda Fase	412
8.11.3. Pena de Multa	412
8.12. Efeitos da Condenação	412
8.12.1. Perdimento das Mercadorias	412
8.12.2. Perdimento Penal	413
8.12.3. Perdimento do Veículo Transportador	413
8.12.3.1. Propriedade	413
8.12.3.2. Proporcionalidade	414
8.12.3.3. Restituição	414
8.13. Extinção da Punibilidade	414
8.14. Ação Penal	415
8.14.1. Competência	415
8.14.1.1. Territorial	415
8.14.1.2. Conexão	416
8.14.1.3. Mandado de Segurança	416
8.14.2. Lançamento Definitivo	416
8.14.3. Apreensão das Mercadorias	417
8.14.4. Restituição dos Bens	417
8.14.5. Denúncia	417
8.14.6. Perícia	418
8.14.7. Prisão Preventiva e Fiança	418
8.14.8. Prejudicial	419
8.14.9. Prova	419
9. Formas Equiparadas (CP, art. 334, § 1º, a e b)	419
9.1. Noção	419
9.1.1. Navegação de Cabotagem (CP, art. 334, § 1º, a)	419
9.1.2. Fato Assimilado em Lei Especial (CP, art. 334, § 1º, b)	419
9.1.2.1. Violação de Contêiner	419

Crimes Federais

9.1.2.2. Saída de Zona Franca	420
9.1.2.3. Importação de Fumo Estrangeiro	420
10. Receptação (CP, art. 334, § 1º, c e d)	420
10.1. Noção	420
10.2. Tipo Objetivo	421
10.2.1. Condutas	421
10.2.2. Mercadoria de Procedência Estrangeira	421
10.2.3. Exercício de Atividade Comercial ou Industrial	422
10.2.4. Habitualidade	422
10.2.5. Coisa Usada	422
10.2.6. Transporte	423
10.2.7. Princípio da Insignificância	423
10.3. Tipo Subjetivo	423
10.4. Consumação	423
10.5. Concurso de Crimes	423
10.5.1. Concurso Material	423
10.5.2. Concurso Aparente	424
10.6. Ação Penal	424
11. Impedimento, Perturbação ou Fraude de Concorrência (CP, art. 335)	424
12. Inutilização de Edital ou Sinal (CP, art. 336)	424
12.1. Sujeito Ativo	424
12.2. Tipo Objetivo	424
12.3. Tipo Subjetivo	425
12.4. Consumação	425
13. Subtração ou Inutilização de Livro ou Documento (CP, art. 337)	425
13.1. Sujeito Ativo	425
13.2. Tipo Objetivo	425
13.3. Consumação	426
13.4. Tipo Subjetivo	426
13.5. Distinções	426
14. Sonegação de Contribuição Previdenciária (CP, art. 337-A)	426
14.1. Noção	426
14.2. Bem Jurídico	427

14.3. Sujeito Ativo	427
14.4. Sujeito Passivo	427
14.5. Tipo Objetivo	427
14.5.1. Conduta	427
14.5.2. Supressão ou Redução de Contribuição Social Previdenciária	427
14.5.3. Objeto	428
14.5.4. Empresa	428
14.5.5. Fraude	429
14.5.6. Lançamento Definitivo	430
14.5.6.1. Sentença Trabalhista	431
14.5.7. Princípio da Insignificância	431
14.6. Tipo Subjetivo	431
14.7. Consumação	432
14.8. Culpabilidade	432
14.9. Concurso de Crimes	432
14.9.1. Crime Continuado	432
14.9.2. Falsidades	433
14.10. Pena	433
14.10.1. Primeira Fase	433
14.10.2. Terceira Fase	433
14.10.3. Multa	433
14.11. Extinção da Punibilidade	434
14.11.1. Declaração	434
14.11.2. Pagamento	435
14.11.3. Parcelamento	435
14.11.4. Perdão Judicial	435
14.12. Ação Penal	435
14.12.1. Inquérito Policial	435
14.12.2. Denúncia	435
14.12.3. Perícia	436
14.12.4. Transação	436
REFERÊNCIAS	436
9. DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA (CP, ARTS. 337-B A 337-D)	437

Crimes Federais

1. Corrupção Ativa em Transação Comercial Internacional (CP, art. 337-B)	437
1.1. Noção	437
1.2. Bem Jurídico	437
1.3. Sujeito Ativo	437
1.4. Sujeito Passivo	438
1.5. Tipo Objetivo	438
1.5.1. Funcionário Público Estrangeiro	439
1.5.2. Princípio da Insignificância	439
1.6. Tipo Subjetivo	439
1.7. Consumação	440
1.7.1. Tentativa	440
1.8. Pena	440
1.9. Ação Penal	440
2. Tráfico de Influência em Transação Comercial Internacional (art. 337-C)	440
2.1. Bem Jurídico	440
2.2. Sujeito Ativo	440
2.3. Sujeito Passivo	440
2.4. Tipo Objetivo	440
2.5. Tipo Subjetivo	441
2.6. Consumação	441
2.7. Pena	441
2.8. Ação Penal	441
REFERÊNCIAS	441
10. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA (CP, ARTS. 338 A 361) .	442
1. Reingresso de Estrangeiro Expulso (CP, art. 338)	442
1.1. Sujeito Ativo	442
1.2. Tipo Objetivo	442
1.3. Tipo Subjetivo	444
1.4. Consumação	444
1.4.1. Tentativa	444
1.5. Ação Penal	445
1.5.1. Competência	445
1.5.2. Prisão Preventiva	445

1.5.3. Liberdade Provisória	445
2. Denúnciação Caluniosa (CP, art. 339)	445
2.1. Noção	445
2.2. Bem Jurídico	445
2.3. Sujeito Ativo	445
2.4. Sujeito Passivo	445
2.5. Tipo Objetivo	446
2.6. Tipo Subjetivo	447
2.7. Consumação	447
2.8. Pena	447
2.9. Distinções	447
2.10. Ação Penal	448
2.10.1. Competência	448
2.10.2. Condição	448
3. Comunicação Falsa de Crime ou Contravenção (CP, art. 340)	448
3.1. Sujeito Ativo	448
3.2. Sujeito Passivo	448
3.3. Tipo Objetivo	448
3.4. Tipo Subjetivo	449
3.5. Consumação	449
3.6. Ação Penal	449
4. Autoacusação Falsa ou Autocalúnia (CP, art. 341)	449
4.1. Sujeito Ativo	449
4.2. Tipo Objetivo	449
4.3. Tipo Subjetivo	450
4.4. Consumação	450
4.5. Concurso	450
5. Falso Testemunho ou Falsa Perícia (CP, art. 342)	450
5.1. Bem Jurídico	450
5.2. Sujeito Ativo	450
5.2.1. Participação	451
5.2.2. Testemunha Não Compromissada	451
5.2.3. Parentesco	452

5.3. Tipo Objetivo	452
5.3.1. Crime Não Configurado	452
5.3.2. Falsidades Objetiva e Subjetiva	453
5.3.3. Autodefesa	454
5.3.4. Relevância do Depoimento	454
5.3.5. Mentira na Qualificação	455
5.4. Forma Qualificada	455
5.5. Tipo Subjetivo	455
5.6. Consumação	455
5.7. Retratação	456
5.8. Distinções	457
5.9. Ação Penal	457
5.9.1. Competência	458
5.9.1.1. Competência Territorial	458
5.9.2. Denúncia	459
5.9.3. Prova da Materialidade	459
6. Corrupção Ativa de Testemunha (CP, art. 343)	459
6.1. Sujeito Ativo	459
6.2. Tipo Objetivo	459
6.3. Tipo Subjetivo	460
6.4. Consumação	460
6.5. Pena	460
6.6. Ação Penal	460
7. Coação no Curso do Processo (CP, art. 344)	460
7.1. Noção	460
7.2. Bem Jurídico	460
7.3. Sujeito Ativo	460
7.4. Tipo Objetivo	460
7.4.1. Processo	461
7.4.2. Momento	461
7.4.3. Crime Configurado	461
7.4.4. Crime Não Configurado	462
7.5. Tipo Subjetivo	462

7.6. Consumação.....	463
7.7. Distinções.....	463
7.8. Pena.....	463
7.9. Ação Penal.....	463
7.9.1. Competência.....	463
7.9.2. Prova.....	464
8. Exercício Arbitrário das Próprias Razões (CP, art. 345).....	464
8.1. Noção.....	464
8.2. Tipo Objetivo.....	464
8.3. Tipo Subjetivo.....	464
8.4. Distinções.....	464
8.5. Pena.....	465
8.6. Ação Penal.....	465
8.6.1. Questão Prejudicial.....	465
9. CP, art. 346.....	465
9.1. Noção.....	465
9.2. Sujeito Ativo.....	465
9.3. Tipo Objetivo.....	466
9.4. Tipo Subjetivo.....	466
9.5. Consumação.....	466
10. Fraude Processual (CP, art. 347).....	466
10.1. Sujeito Ativo.....	466
10.2. Tipo Objetivo.....	466
10.3. Tipo Subjetivo.....	467
10.4. Consumação.....	467
10.5. Distinções.....	467
10.6. Concurso de Crimes.....	467
11. Favorecimento Pessoal (CP, art. 348).....	467
11.1. Sujeito Ativo.....	467
11.2. Tipo Objetivo.....	467
11.2.1. Crime Configurado.....	468
11.2.2. Crime Não Configurado.....	468
11.3. Tipo Subjetivo.....	468

11.4. Consumação.....	468
11.5. Ação Penal.....	468
12. Favorecimento Real (CP, art. 349).....	468
12.1. Sujeito Ativo.....	468
12.2. Tipo Objetivo.....	469
12.3. Tipo Subjetivo.....	469
12.4. Consumação.....	470
12.5. Distinções.....	470
12.5.1. Favorecimento Pessoal.....	470
12.5.2. Receptação.....	470
13. Introdução de Aparelho de Comunicação em Estabelecimento Prisional (CP, art. 349-A).....	470
13.1. Noção.....	470
13.2. Sujeito Ativo.....	471
13.3. Tipo Objetivo.....	471
13.4. Tipo Subjetivo.....	471
13.5. Consumação.....	471
13.6. Distinções.....	471
13.6.1. Corrupção Passiva.....	471
14. Exercício Arbitrário ou Abuso de Poder (art. 350).....	471
14.1. Noção.....	472
14.2. Sujeito Ativo.....	472
14.3. Tipos Objetivos.....	472
14.3.1. Inciso I.....	472
14.3.2. Inciso IV.....	472
14.4. Tipo Subjetivo.....	472
14.5. Consumação.....	473
15. Fuga de Pessoa Presa ou Submetida a Medida de Segurança (CP, art. 351).....	473
15.1. Sujeito Ativo.....	473
15.2. Tipo Objetivo.....	473
15.2.1. Formas Qualificadas.....	473
15.3. Tipo Subjetivo.....	473
15.4. Consumação.....	473
15.5. Distinção.....	474

15.6. Concurso de Crimes	474
15.7. Ação Penal	474
16. Evasão mediante violência contra pessoa (CP, art. 352)	474
16.1. Sujeito Ativo	474
16.2. Tipo Objetivo	474
16.3. Tipo Subjetivo	474
16.4. Consumação	474
16.5. Concurso de Crimes	474
17. Arrebatamento de Preso (CP, art. 353)	475
17.1. Sujeito Ativo	475
17.2. Sujeito Passivo	475
17.3. Tipo Objetivo	475
17.4. Tipo Subjetivo	475
17.5. Consumação	475
17.6. Concurso de Crimes	475
18. Motim de Presos (CP, art. 354)	475
18.1. Sujeito Ativo	475
18.2. Sujeito Passivo	475
18.3. Tipo Objetivo	475
18.4. Tipo Subjetivo	476
18.5. Consumação	476
18.6. Concurso de Crimes	476
19. Patrocínio Infiel (CP, art. 355, <i>caput</i>)	476
19.1. Noção	476
19.2. Bem Jurídico	476
19.3. Sujeito Ativo	476
19.4. Tipo Objetivo	476
19.4.1. Crime Configurado	477
19.4.2. Crime Não Configurado	477
19.5. Tipo Subjetivo	477
19.6. Consumação	478
19.6.1. Tentativa	478
19.7. Distinções	478

Crimes Federais

19.8. Ação Penal	478
19.8.1. Competência	478
20. Patrocínio Simultâneo ou Tergiversação (CP, art. 355, parágrafo único).....	479
20.1. Bem Jurídico.....	479
20.2. Sujeito Ativo.....	479
20.3. Tipo Objetivo.....	479
20.4. Consumação.....	479
20.5. Ação Penal	480
21. Sonegação de Papel ou Objeto de Valor Probatório (CP, art. 356)	480
21.1. Sujeito Ativo	480
21.2. Tipo Objetivo.....	480
21.2.1. Crime Configurado.....	480
21.3. Tipo Subjetivo	481
21.4. Consumação.....	481
21.5. Distinções.....	481
22. Exploração de Prestígio (CP, art. 357)	481
22.1. Noção	481
22.2. Bem Jurídico.....	482
22.3. Sujeito Ativo.....	482
22.4. Sujeito Passivo	482
22.5. Tipo Objetivo.....	482
22.6. Consumação.....	482
22.7. Pena	483
22.7.1. Primeira Fase	483
22.7.2. Terceira Fase	483
22.8. Concurso de Crimes	483
22.8.1. Concurso Aparente	483
22.8.2. Concurso Formal.....	483
22.8.3. Crime Continuado	483
22.9. Ação Penal	483
23. Violência ou Fraude em Arrematação Judicial (CP, art. 358)	483
23.1. Bem Jurídico.....	483
23.2. Sujeito Ativo.....	484

23.3. Tipo Objetivo	484
23.4. Consumação	484
23.5. Concurso de Crimes	484
23.6. Ação Penal	484
24. Desobediência a Decisão Judicial sobre Perda ou Suspensão de Direito (CP, art. 359)	485
24.1. Bem Jurídico	485
24.2. Sujeito Ativo	485
24.3. Tipo Objetivo	485
24.4. Consumação	485
24.5. Concurso de Crimes	485
24.6. Ação Penal	485
REFERÊNCIAS	485
11. CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS (CP, TÍTULO XI, CAPÍTULO IV) ..	487
1. Noção	487
2. Sujeito Ativo	487
3. Bem Jurídico	487
4. Tipo Subjetivo	488
5. Contratação de Operação de Crédito sem Prévia Autorização Legislativa (CP, art. 359-A, caput)	488
5.1. Sujeito Ativo	488
5.2. Tipo Objetivo	488
6. Contratação de Operação de Crédito com Inobservância de Limite (CP, art. 359, parágrafo único, I)	489
6.1. Tipo Objetivo	489
7. Contratação de Operação de Crédito Quando a Dívida Consolidada Ultrapassa o Limite Legal (CP, art. 359, parágrafo único, II)	489
8. Inscrição de Despesas Não Empenhadas em Restos a Pagar (CP, art. 359-B)	490
8.1. Sujeito Ativo	490
8.2. Tipo Objetivo	490
8.3. Distinção	490
9. Assunção de Obrigação no Último Ano do Mandato ou da Legislatura (CP, art. 359-C)	490

Crimes Federais

9.1. Noção	490
9.2. Sujeito Ativo	491
9.3. Tipo Objetivo	491
10. Ordenação de Despesa Não Autorizada (CP, art. 359-D).....	491
10.1. Sujeito Ativo	491
10.2. Tipo Objetivo	491
10.3. Tipo Subjetivo	493
10.4. Consumação.....	493
11. Prestação de Garantia Graciosa (CP, art. 359-E)	493
11.1. Tipo Objetivo	493
12. Não Cancelamento de Restos a Pagar (CP, art. 359-F)	494
12.1. Noção	494
12.2. Sujeito Ativo	494
12.3. Tipo Objetivo	494
13. Aumento de Despesa Total com Pessoal no Último Ano do Mandato (CP, art. 359-G)	494
13.1. Sujeito Ativo	494
13.2. Tipo Objetivo	494
14. Oferta Pública ou Colocação de Títulos no Mercado (art. 359-H)	495
14.1. Sujeito Ativo	495
14.2. Tipo Objetivo	495
REFERÊNCIAS	496
12. GENOCÍDIO (LEI 2.889/56).....	497
1. Noção.....	497
2. Extraterritorialidade.....	498
3. Bem Jurídico	498
4. Sujeito Ativo.....	499
5. Sujeito Passivo	499
6. Forma Básica (art. 1º)	500
6.1. Noção	500
6.2. Grupos Atingidos	500
6.3. Condutas	502

6.4. Situação de Guerra	503
6.5. Tipo Subjetivo	503
6.6. Consumação	504
6.7. Pena	504
6.8. Concurso de Crimes	505
6.9. Concurso Aparente	505
7. Associação (art. 2º)	505
7.1. Noção	505
7.2. Pena	505
8. Incitação (art. 3º)	505
8.1. Noção	505
8.2. Sujeito Ativo	506
8.3. Tipo Objetivo	506
8.4. Tipo Subjetivo	506
8.5. Consumação	506
8.6. Concurso de Crimes	506
8.7. Pena	507
9. Ação Penal	507
9.1. Competência	507
9.2. Exame de Corpo de Delito	507
9.3. TPI	507
10. Prescrição	508
11. Extradicação	509
REFERÊNCIAS	509
13. ABUSO DE AUTORIDADE (LEI 4.898/65)	511
1. Noção	511
2. Bem Jurídico	511
3. Sujeito Ativo	512
4. Sujeito Passivo	512
5. Tipo Subjetivo	512
6. Forma Livre	513

Crimes Federais

7. Atentado à Liberdade de Locomoção (art. 3º, a)	514
7.1. Bem Jurídico	514
7.2. Tipo Objetivo	514
7.2.1. Trabalhador Sexual	514
7.2.2. Alcoolista ou Toxicômano	514
7.2.3. Doente Mental	514
7.2.4. Crime Configurado	514
7.2.5. Crime Não Configurado	515
7.3. Distinção	515
8. Atentado à Inviolabilidade do Domicílio (art. 3º, b)	515
8.1. Bem Jurídico	515
8.2. Tipo Objetivo	516
8.3. Concurso de Crimes	518
9. Atentado ao Sigilo da Correspondência (art. 3º, c)	518
9.1. Noção	518
9.2. Bem Jurídico	519
9.3. Tipo Objetivo	519
9.3.1. Conceitos	519
9.3.2. Correspondência do Preso	520
9.3.3. CPP, art. 240, f.	520
10. Atentado às Liberdades de Consciência e de Crença (art. 3º, d)	520
10.1. Bem Jurídico	520
10.2. Tipo Objetivo	521
11. Atentado ao Livre Exercício do Culto Religioso (art. 3º, e)	521
11.1. Bem Jurídico	521
11.2. Tipo Objetivo	521
11.3. Concurso de Crimes	522
12. Atentado à Liberdade de Associação (art. 3º, f)	522
12.1. Bem Jurídico	522
12.2. Tipo Objetivo	522
12.3. Distinção	523
13. Atentado aos Direitos e Garantias Legais Assegurados ao Exercício do Voto (art. 3º, g)	523

14. Atentado ao Direito de Reunião (art. 3º, h)	523
14.1. Bem Jurídico	523
14.2. Tipo Objetivo	523
15. Atentado à Incolumidade Física do Indivíduo (art. 3º, i)	525
15.1. Noção	525
15.2. Bem Jurídico	525
15.3. Tipo Objetivo	525
15.4. Concurso de Crimes	526
16. Atentado aos Direitos e Garantias Legais Assegurados ao Exercício Profissional (art. 3º, j)	526
16.1. Bem Jurídico	526
16.2. Tipo Objetivo	526
16.3. Tipo Subjetivo	528
17. Art. 4º	528
18. Art. 4º, a	528
18.1. Noção	528
18.2. Tipo Objetivo	528
18.2.1. Comunicação a Familiares	529
18.2.2. Comunicação ao MP	529
18.2.3. Competência	529
18.2.4. Prisão de Advogado	530
19. Art. 4º, b	530
19.1. Bem Jurídico	530
19.2. Sujeito Passivo	530
19.3. Tipo Objetivo	530
19.3.1. Emprego de Algemas	530
19.4. Tipo Subjetivo	532
20. Art. 4º, c	532
20.1. Bem Jurídico	532
20.2. Sujeito Passivo	532
20.3. Tipo Objetivo	532
20.4. Tipo Subjetivo	533
21. Art. 4º, d	533

Crimes Federais

21.1. Bem Jurídico.....	533
21.2. Sujeito Ativo.....	533
21.3. Sujeito Passivo.....	533
21.4. Tipo Objetivo.....	533
22. Art. 4º, e.....	534
23. Art. 4º, f e g.....	534
24. Art. 4º, h.....	534
24.1. Noção.....	534
24.2. Tipo Objetivo.....	535
24.2.1. Crime Não Configurado.....	535
24.3. Tipo Subjetivo.....	536
24.4. Concurso de Crimes.....	536
25. Art. 4º, i.....	537
25.1. Noção.....	537
25.2. Tipo Objetivo.....	537
25.3. Tipo Subjetivo.....	537
26. Consumação e Tentativa.....	537
27. Pena.....	537
28. Prescrição.....	537
29. Ação Penal.....	537
29.1. Competência.....	538
29.2. Inquérito Policial.....	538
29.3. Denúncia.....	538
29.4. Defesa Preliminar.....	539
29.5. Testemunhas.....	539
29.6. Transação Penal e Suspensão da Ação Penal.....	539
29.7. Prisão Preventiva.....	539
REFERÊNCIAS.....	539
14. INVASÃO DE TERRAS DA UNIÃO (LEI 4.947/66, ART. 20).....	541
1. Bem Jurídico.....	541
2. Sujeito Ativo.....	541

3. Tipo Objetivo.....	541
3.1. Conduta.....	541
3.2. Objeto.....	542
4. Tipo Subjetivo.....	542
5. Consumação.....	544
6. Distinção.....	544
7. Concurso de Crimes.....	544
7.1. Concurso Aparente.....	544
8. Ação Penal.....	544
REFERÊNCIAS.....	545
15. CRIMES DE PREFEITOS (DL 201/67).....	546
1. Natureza.....	546
2. Bem Jurídico.....	547
3. Sujeito Passivo.....	547
4. Sujeito Ativo.....	547
4.1. Coautoria e Participação.....	548
5. Tipo Subjetivo.....	548
6. Princípio da Insignificância.....	548
7. Apropriação Indébita ou Desvio de Bens ou Rendas (Inc. I).....	549
7.1. Noção.....	549
7.2. Tipo Objetivo.....	549
7.2.1. Crime Configurado.....	550
7.3. Tipo Subjetivo.....	551
7.4. Consumação.....	551
7.5. Concurso de Crimes.....	551
7.5.1. Falsidade.....	551
7.5.2. Inc. VII.....	552
7.5.3. Fraude em Licitação.....	552
7.5.4. Crime Continuado.....	552
7.6. Pena.....	552
8. Utilização Indevida de Bens, Rendas ou Serviços Públicos (Inc. II).....	553

8.1. Noção	553
8.2. Tipo Objetivo	553
8.3. Tipo Subjetivo	553
8.4. Consumação	554
8.5. Pena	554
9. Desvio ou Aplicação Indevida de Rendas ou Verbas Públicas (Inc. III)	554
9.1. Bem Jurídico	554
9.2. Tipo Objetivo	554
9.2.1. Crime Configurado	554
9.3. Tipo Subjetivo	555
9.4. Consumação	555
10. Emprego Indevido de Recursos (Inc. IV)	555
10.1. Noção	555
10.2. Tipo Objetivo	555
10.3. Consumação	555
10.4. Pena	556
11. Despesas Não Autorizadas por Lei (Inc. V)	556
12. Omissão na Prestação de Contas Anuais (Inc. VI)	556
12.1. Bem Jurídico	556
12.2. Tipo Objetivo	556
12.3. Tipo Subjetivo	557
12.4. Consumação	557
13. Omissão na Prestação de Contas sobre Recursos, Empréstimos, Auxílios ou Subvenções (Inc. VII)	557
13.1. Sujeito Ativo	557
13.2. Bem Jurídico	557
13.3. Tipo Objetivo	558
13.4. Tipo Subjetivo	558
13.5. Consumação	558
13.6. Concurso de Crimes	558
14. Tomada de Empréstimos, Emissão de Apólices ou Emissão de Títulos de Crédito sem Autorização Legislativa ou em Desacordo com a Lei (Inc. VIII)	559
15. Concessão de Empréstimo, Auxílio ou Subvenção sem Autorização Legislativa ou em Desacordo com a Lei (Inc. IX)	559

16. Alienação ou Oneração Irregular de Bens Imóveis ou Rendas (Inc. X)	560
16.1. Tipo Objetivo	560
16.2. Tipo Subjetivo	560
16.3. Concurso de Crimes	560
17. Aquisição de Bens ou Realização de Serviços ou Obras sem Concorrência ou Coleta de Preços (Inc. XI)	560
18. Antecipação ou Inversão de Ordem de Pagamento (Inc. XII)	560
19. Nomeação, Admissão ou Designação Ilegal de Servidor (Inc. XIII)	561
19.1. Noção	561
19.2. Sujeito Passivo	561
19.3. Tipo Objetivo	561
20. Negativa de Execução de Lei e Descumprimento de Ordem Judicial (Inc. XIV)	562
20.1. Noção	562
20.2. Tipo Objetivo	562
20.2.1. Ordem Judicial	562
20.2.2. Crime Não Configurado	562
20.3. Tipo Subjetivo	563
20.4. Consumação	564
20.5. Distinção	564
21. Omissão no Fornecimento de Certidões (Inc. XV)	564
21.1. Bem Jurídico	564
21.2. Tipo Objetivo	564
21.3. Tipo Subjetivo	564
22. Omissão na Redução da Dívida Consolidada (Inc. XVI)	565
23. Ordem ou Autorização Indevida para Abertura Indevida de Crédito (Inc. XVII) ...	566
24. Deixar de Promover ou Ordenar Saneamento de Operação de Crédito Irregular (Inc. XVIII)	566
25. Falta de Liquidação de Operação de Crédito por ARO (Inc. XIX)	567
26. Operação de Crédito Irregular com Outros Entes da Federação (Inc. XX)	568
27. Captação Irregular de ARO (Inc. XXI)	568
28. Desvio de Recursos Provenientes da Emissão de Títulos (Inc. XXII)	568
29. Transferência Voluntária Indevida (Inc. XXIII)	569

30. Pena	569
30.1. Efeitos da Condenação	570
31. Prescrição	571
32. Ação Penal	571
32.1. Representação	571
32.2. Pronunciamento Prévio da Câmara de Vereadores	572
32.3. Tribunal de Contas	572
32.4. Inquérito Policial	573
32.5. Competência	573
32.5.1. Crimes de Competência da JF	573
32.5.2. TJ	575
32.5.3. Órgão Fracionário do Tribunal	575
32.5.4. Competência Territorial	576
32.5.5. Término do Mandato	576
32.6. Rito	576
32.7. Perícia	577
32.8. Denúncia	577
32.8.1. Oferecimento	577
32.8.2. Recebimento	577
32.8.3. Inépcia	577
32.9. Defesa Prévia	578
32.10. Sustentação Oral	578
32.11. Suspensão do Processo	578
32.12. Medidas Cautelares	578
32.12.1. Prisão Preventiva	578
32.12.2. Afastamento da Função	579
32.12.3. Recurso	580
REFERÊNCIAS	580
16. ESTATUTO DO ÍNDIO (LEI 6.001/73)	582
1. Noção	582
2. Imputabilidade do Indígena	583
3. Crimes contra os Índios ou a Cultura Indígena (art. 58)	584

3.1. Sujeito Ativo	584
3.2. Bem Jurídico	584
4. Ultraje a Cerimônia e Impedimento ou Perturbação de Ato a ele Relativo (art. 58, I)	585
4.1. Noção	585
4.2. Sujeito Ativo	585
4.3. Tipo Objetivo	585
4.4. Tipo Subjetivo	585
4.5. Consumação	585
5. Utilização do Índio ou Comunidade Indígena como Objeto de Propaganda Turística ou Exibição Lucrativa (art. 58, II)	585
5.1. Sujeito Ativo	585
5.2. Tipo Objetivo	585
5.3. Tipo Subjetivo	586
5.4. Consumação	586
6. Aquisição, Uso e Disseminação de Bebidas Alcoólicas (art. 58, III)	586
6.1. Bem Jurídico	586
6.2. Tipo Objetivo	586
6.3. Tipo Subjetivo	586
6.4. Consumação	587
7. Pena	587
7.1. Penas Tradicionais	587
7.2. Primeira Fase	587
7.3. Segunda Fase	587
7.4. Terceira Fase (arts. 58, parágrafo único, e 59)	587
8. Ação Penal	588
8.1. Competência	588
8.2. Assistência	590
8.3. Perícia	590
8.4. Intérprete	591
8.5. Convocação por CPI	591
8.6. Execução Penal	592
8.7. Prisão Processual	592
REFERÊNCIAS	592

17. ESTATUTO DO ESTRANGEIRO (LEI 6.815/80)	594
1. Noção	594
2. Bem Jurídico	594
3. Exercício de Atividades Vedadas (art. 125, XI)	594
3.1. Bem Jurídico	594
3.2. Sujeito Ativo	595
3.3. Tipo Objetivo	595
3.3.1. Navegação (EE, art. 106, I)	596
3.3.2. Empresas Jornalísticas (EE, art. 106, I e II)	596
3.3.3. Lavra	597
3.3.4. Propriedade de Aeronave	597
3.3.5. Corretor de Navios, de Fundos Públicos, Leiloeiro e Despachante Aduaneiro	597
3.3.6. Administração e Representação de Sindicato, Associação Profissional e Entidade de Fiscalização	597
3.3.7. Prático	597
3.3.8. Aparelho de Radiodifusão e Radiotelegrafia	597
3.3.9. Assistência Religiosa Militar	598
3.3.10. Atividade Política	598
3.4. Tipo Subjetivo	599
3.5. Consumação	599
3.6. Pena	599
4. Introdução ou Ocultação de Clandestino (inc. XII)	599
4.1. Sujeito Ativo	599
4.2. Tipo Objetivo	599
4.3. Tipo Subjetivo	599
4.4. Consumação	600
4.5. Pena	600
4.6. Concurso de Crimes	600
4.6.1. Concurso Formal	600
4.6.2. Concurso Material	600
5. Declaração Falsa (inc. XIII)	600
5.1. Sujeito Ativo	600
5.2. Tipo Objetivo	600

5.3. Tipo Subjetivo	602
5.4. Consumação	602
5.5. Concurso de Crimes	602
6. Pena	602
6.1. Primeira Fase	602
6.2. Regime Inicial	602
6.3. Progressão de Regime do Condenado Estrangeiro	603
6.4. Substituição de Pena do Condenado Estrangeiro	603
6.5. Suspensão Condicional da Pena	604
6.6. Livramento Condicional	604
6.7. Expulsão	604
7. Ação Penal	605
7.1. Suspensão Condicional do Processo	605
7.2. Direito de Apelar em Liberdade	605
7.3. Prisão Preventiva	605
7.4. <i>Habeas Corpus</i>	606
REFERÊNCIAS	606
18. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (LEI 7.492/86)	607
1. Noção	607
2. Bem Jurídico	607
2.1. Conceito e Funções do SFN	609
2.2. Mercados ou Segmentos do SFN	610
2.3. Órgãos de Fiscalização	610
3. Classificação dos Crimes contra o SFN	611
4. Conceito de Instituição Financeira	611
4.1. Instituições Financeiras em Sentido Estrito	611
4.2. Instituições Financeiras no Mercado de Valores Mobiliários	614
4.2.1. Conceito de Valores Mobiliários	615
4.2.2. Negociação	618
4.2.3. Modalidades de Instituições Financeiras no Mercado de Valores Mobiliários	620
4.3. Instituições Financeiras por Equiparação	622
4.4. Casuística	623

4.4.1. Agiota	623
4.4.2. "Doleiros"	624
4.4.3. Empresas de Cartão de Crédito	624
4.4.4. Empresas de Consórcio	625
4.4.5. Empresas de Faturamento Mercantil	626
4.4.6. Empresas de Previdência Privada	627
4.4.7. Estados-Membros.	627
4.4.8. Empresa Funerária	627
4.4.9. Correspondentes Bancários	628
4.5. Quadros-Resumo – Instituição Financeira	628
5. Sujeito Ativo.	629
5.1. Gerentes	630
5.2. Membro do Conselho de Administração.	631
5.3. Empregados	631
5.4. Administrador de Fato	631
5.5. Responsabilidade Subjetiva	631
5.6. Teoria do Domínio do Fato	633
5.7. Coautoria	633
5.8. Participação	633
5.9. Denúncia	633
6. Sujeito Passivo	634
7. Fabricação Não Autorizada de Papel Representativo de Valor Mobiliário (art. 2º) ...	634
7.1. Noção	634
7.2. Bem Jurídico.	634
7.3. Sujeito Ativo	634
7.4. Tipo Objetivo	634
7.4.1. Tipo Básico (<i>caput</i>)	634
7.4.2. Tipo Derivado (parágrafo único).	636
7.5. Tipo Subjetivo	636
7.6. Consumação.	636
7.7. Tentativa	636
7.8. Distinções	636
7.9. Concurso de Crimes	637

8. Divulgação de Informação Falsa ou Prejudicialmente Incompleta (art. 3º)	637
8.1. Noção	637
8.2. Bem Jurídico	637
8.3. Sujeito Ativo	638
8.4. Tipo Objetivo	638
8.4.1. Crime Configurado	638
8.4.2. Crime Não Configurado	638
8.5. Tipo Subjetivo	638
8.6. Consumação	638
8.7. Ação Penal	639
8.7.1. Denúncia	639
8.7.2. Decisão Administrativa	639
9. Gestão Fraudulenta (art. 4º, <i>caput</i>)	639
9.1. Noção	639
9.2. Bem Jurídico	639
9.3. Sujeito Ativo	639
9.3.1. Crime Próprio	639
9.3.2. Gerente de Agência	640
9.4. Tipo Objetivo	641
9.4.1. Constitucionalidade	641
9.4.2. Condutas	641
9.4.3. Habitualidade	642
9.4.4. Atos Lícitos	644
9.4.5. Instituição Financeira Irregular	644
9.4.6. Instituição Financeira Localizada no Exterior	644
9.4.7. Princípio da Insignificância	644
9.4.8. Crime Configurado	644
9.4.9. Operação “Esquenta-Esfria”	647
9.4.10. Crime Não Configurado	648
9.5. Tipo Subjetivo	648
9.6. Consumação	648
9.7. Distinções	649
9.7.1. Gestão Temerária	649
9.7.2. Estelionato	649

9.8. Concurso de Crimes	649
9.8.1. Concurso Aparente	649
9.8.1.1. Gestão Temerária	650
9.8.1.2. Apropriação Indébita (LCSFN, art. 5º)	650
9.8.1.3. Funcionamento Não Autorizado (LCSFN, art. 16)	651
9.8.1.4. Evasão de Divisas (LCSFN, art. 22)	651
9.8.2. Crime Continuado	652
9.8.3. Concurso Formal	652
9.8.4. Concurso Material	652
9.8.4.1. Associação Criminosa (CP, art. 288)	652
9.8.4.2. Crime Eleitoral	652
9.9. Pena	652
9.9.1. Primeira Fase	652
9.9.2. Arrependimento Posterior	653
9.10. Ação Penal	653
9.10.1. Local do Crime	653
9.10.2. Perícia Contábil	653
9.10.3. Perguntas ao Ofendido	654
9.10.4. Intervenção do BACEN	654
9.10.5. Coisa Julgada	654
10. Gestão Temerária (art. 4º, parágrafo único)	654
10.1. Bem Jurídico	654
10.2. Sujeito Ativo	654
10.2.1. Participação	654
10.3. Tipo Objetivo	655
10.3.1. Elemento Normativo	655
10.3.2. Constitucionalidade	656
10.3.3. Habitualidade	656
10.3.4. Princípio da Insignificância	657
10.3.5. Crime Configurado	657
10.3.6. Crime Não Configurado	658
10.4. Tipo Subjetivo	659
10.4.1. Dolo Eventual	659
10.5. Consumação	660

10.5.1. Crime Permanente	661
10.6. Distinção	661
10.7. Concurso de Crimes	661
10.7.1. Crime Único	661
10.7.2. Concurso Formal	661
10.7.3. Crime Continuado	661
10.7.4. Concurso Material	661
11. Ação Penal	662
11.1. Local do Crime	662
12. Apropriação Indébita e Desvio (art. 5º)	662
12.1. Noção	662
12.2. Bem Jurídico	662
12.3. Sujeito Ativo	662
12.4. Tipo Objetivo	663
12.4.1. Pressuposto Material	663
12.4.2. Condutas	663
12.4.3. Objeto Material	663
12.4.4. Crime Configurado	663
12.5. Tipo Subjetivo	664
12.6. Consumação	664
12.6.1. Reparação do Dano	665
12.7. Dificuldades Financeiras	665
12.8. Concurso de Crimes	665
12.8.1. Concurso Aparente	665
12.8.2. Crime Continuado	665
12.8.3. Concurso Formal	665
12.9. Pena	665
12.10. Ação Penal	666
13. Negociação Não Autorizada (art. 5º, parágrafo único)	666
13.1. Sujeito Ativo	666
13.2. Tipo Objetivo	666
13.3. Consumação	666
13.4. Distinções	667

14. Sonegação de Informação ou Prestação de Informação Falsa (art. 6º).....	667
14.1. Bem Jurídico.....	667
14.2. Sujeito Ativo.....	667
14.3. Sujeito Passivo.....	667
14.4. Tipo Objetivo.....	667
14.4.1. Crime Configurado.....	668
14.4.2. Crime Não Configurado.....	669
14.5. Tipo Subjetivo.....	670
14.6. Consumação.....	670
14.7. Concurso de Crimes.....	670
14.8. Ação Penal.....	671
15. Emissão, Oferecimento ou Negociação Irregular de Títulos ou Valores Mobiliários (art. 7º).....	671
15.1. Sujeito Ativo.....	671
15.2. Tipos Objetivos.....	671
15.2.1. Títulos Falsos ou Falsificados.....	672
15.2.1.1. Concurso de Crimes.....	672
15.2.2. Títulos Sem Registro Prévio.....	672
15.2.2.1. Tipo Objetivo.....	672
15.2.2.2. Tipo Subjetivo.....	673
15.2.3. Títulos sem Lastro ou Garantia Suficiente.....	673
15.2.3.1. Sujeito Ativo.....	673
15.2.3.2. Tipo Objetivo.....	673
15.2.4. Títulos sem Autorização Prévia.....	674
15.2.4.1. Noção.....	674
15.2.4.2. Tipo Objetivo.....	674
15.2.4.3. Consumação.....	674
15.2.4.4. Concurso de Crimes.....	674
16. Exigência de Remuneração em Desacordo com a Legislação (art. 8º).....	675
16.1. Bem Jurídico.....	675
16.2. Sujeito Ativo.....	675
16.3. Tipo Objetivo.....	675
16.3.1. Conduta.....	675
16.3.2. Norma Penal em Branco.....	676

16.3.3. Objeto	677
16.3.4. Crime Não Configurado	678
16.4. Tipo Subjetivo	678
16.5. Consumação	678
16.6. Concurso de Crimes	678
17. Falsidade em Título (art. 9º)	678
17.1. Noção	678
17.2. Sujeito Ativo	678
17.3. Sujeito Passivo	679
17.4. Tipo Objetivo	679
17.5. Tipo Subjetivo	679
17.6. Consumação	679
18. Falsidade em Demonstrativos Contábeis (art. 10)	679
18.1. Sujeito Ativo	679
18.2. Tipo Objetivo	679
18.3. Tipo Subjetivo	680
18.4. Consumação	680
18.5. Concurso de Crimes	681
18.6. Ação Penal	681
19. Contabilidade Paralela (art. 11)	681
19.1. Noção	681
19.2. Sujeito Ativo	681
19.3. Tipo Objetivo	681
19.3.1. Recursos Próprios	682
19.3.2. Crime Configurado	683
19.3.3. Crime Não Configurado	683
19.4. Tipo Subjetivo	683
19.5. Consumação	683
19.6. Concurso de Crimes	683
20. Omissão de Informação (art. 12)	684
20.1. Noção	684
20.2. Bem Jurídico	685
20.3. Sujeito Ativo	685

Crimes Federais

20.4. Tipo Objetivo	685
20.5. Tipo Subjetivo	686
20.6. Consumação	686
21. Desvio de Bens (art. 13, <i>caput</i>)	686
21.1. Noção	686
21.2. Sujeito Ativo	686
21.3. Tipo Objetivo	686
21.4. Tipo Subjetivo	687
21.5. Consumação	687
21.6. Concurso de Crimes	687
22. Apropriação ou Desvio de Bens (art. 13, parágrafo único)	687
22.1. Noção	687
22.2. Sujeito Ativo	687
22.3. Tipo Objetivo	687
22.4. Tipo Subjetivo	687
22.5. Consumação	688
23. Falsidade em Declaração de Crédito ou Reclamação (art. 14)	688
23.1. Noção	688
23.2. Sujeito Ativo	688
23.3. Tipo Objetivo	688
23.4. Tipo Subjetivo	688
23.5. Consumação	688
24. Falsa Manifestação (art. 15)	688
24.1. Noção	688
24.2. Sujeito Ativo	689
24.3. Tipo Objetivo	689
24.4. Tipo Subjetivo	689
24.5. Consumação	689
25. Operação sem Autorização (art. 16)	689
25.1. Noção	689
25.2. Bem Jurídico	689
25.3. Sujeito Ativo	690
25.4. Sujeito Passivo	690

25.5. Tipo Objetivo	690
25.5.1. Aparência	690
25.5.2. Habitualidade	691
25.5.3. Crime Configurado	691
25.5.4. Crime Não Configurado	692
25.5.5. Princípio da Insignificância	693
25.6. Tipo Subjetivo	693
25.6.1. Erro de Proibição	693
25.7. Consumação	693
25.8. Concurso de Crimes	693
25.8.1. Concurso Material ou Formal	693
25.8.2. Crime Continuado	694
25.9 Distinções	694
25.9.1. Estelionato (CP, art. 171)	694
25.9.2. Agiotagem	694
25.9.3. LCSFN, art. 7º, IV	695
25.9.4. Cobrança Não Autorizada (LCSFN, art. 8º)	695
25.9.5. Crimes no Mercado de Capitais	695
25.10. Ação Penal	695
26. Empréstimo ou Adiantamento Vedados (art. 17)	695
26.1. Noção	695
26.2. Bem Jurídico	696
26.3. Sujeito Ativo	696
26.4. Tipo Objetivo	697
26.4.1. Recursos Próprios	698
26.4.2. Fraude	698
26.4.3. Crime Configurado	699
26.4.4. Crime Não Configurado	700
26.4.5. Princípio da Insignificância	700
26.5. Tipo Subjetivo	700
26.5.1. Erro de Proibição	700
26.6. Consumação	701
26.6.1. Estorno e Pagamento	701

Crimes Federais

26.6.2. Quitação.....	702
26.7. Concurso de Crimes	702
26.8. Pena	702
26.8.1. Primeira Fase	702
26.8.2. Segunda Fase	702
26.8.3. Terceira Fase	702
26.9. Local do Crime	702
27. Adiantamento de Pagamento (art. 17, parágrafo único, I)	702
27.1. Sujeito Ativo	702
27.2. Tipo Objetivo	703
28. Distribuição Disfarçada de Lucros (art. 17, parágrafo único, II)	703
28.1. Noção	703
28.2. Tipo Objetivo	703
29. Quebra de Sigilo (art. 18)	703
29.1. Histórico	703
29.2. Bem Jurídico	704
29.3. Sujeito Ativo	704
29.4. Sujeito Passivo	705
29.5. Tipo Objetivo	705
29.6. Tipo Subjetivo	707
29.7. Consumação	707
29.8. Concurso de Crimes	707
29.9. Ação Penal	707
30. Fraude na Obtenção de Financiamento (art. 19)	708
30.1. Noção	708
30.2. Bem Jurídico	708
30.3. Sujeito Ativo	708
30.4. Sujeito Passivo	709
30.5. Tipo Objetivo	709
30.5.1. Conduta	709
30.5.2. Fraude	709
30.5.3. Financiamento e Empréstimo	709
30.5.4. Instituição Financeira	710

30.5.5. Princípio da Insignificância	710
30.5.6. Crime Configurado	711
30.5.7. Crime Não Configurado	712
30.6. Tipo Subjetivo	712
30.7. Consumação	713
30.7.1. Reparação do Dano	713
30.7.2. Tentativa	713
30.7.2.1. Crime Impossível	713
30.8. Concurso de Crimes	713
30.8.1. Concurso Aparente	713
30.8.1.1. Duplicata Simulada	713
30.8.1.2. Falsidades	713
30.8.1.3. Emprego Irregular de Verbas ou Rendas Públicas	714
30.8.1.4. Art. 19 da LCSFN	714
30.9. Pena	714
30.9.1. Reparação do Dano	714
30.9.2. Terceira Fase	714
30.10. Ação Penal	715
30.10.1. Competência Territorial	715
31. Desvio de Finalidade (art. 20)	715
31.1. Noção	715
31.2. Constitucionalidade	715
31.3. Bem Jurídico	715
31.4. Sujeito Ativo	715
31.5. Tipo Objetivo	716
31.5.1. Determinação do Destino do Dinheiro	716
31.5.2. Crime Configurado	716
31.5.3. Operação "Mata-Mata"	717
31.5.4. Intermediação	717
31.6. Tipo Subjetivo	718
31.6.1. Erro de Tipo	718
31.7. Consumação	718
31.7.1. Crime Formal	718

Crimes Federais

31.7.2. Vantagem	718
31.7.3. Ressarcimento do Dano	718
31.7.4. Comunicação Posterior da Mudança de Local da Execução	718
31.8. Concurso de Crimes	719
31.8.1. Concurso Aparente	719
31.8.2. Concurso Formal	719
31.8.3. Obtenção Fraudulenta de Financiamento	719
31.9. Pena	719
32. Operação de Câmbio com Falsa Identidade e Prestação de Informação Falsa em Operação de Câmbio (art. 21)	719
32.1. Noção	719
32.2. Bem Jurídico	720
32.3. Sujeito Ativo	720
32.4. Tipo Objetivo	720
32.4.1. Ingresso de Valores	721
32.4.2. Crime Configurado	723
32.5. Tipo Subjetivo	723
32.6. Consumação	723
32.7. Concurso de Crimes	723
32.7.1. Crime Continuado	723
32.7.2. Gestão Fraudulenta (Lei 7.492/86, art. 6º)	723
32.7.3. Falsidade em Operação de Câmbio (LCSFN, art. 21)	724
32.7.4. Crime contra a Ordem Tributária (Lei 8.137/90, art. 1º)	724
32.8. Ação Penal	724
33. Operação de Câmbio com o Fim de Evasão de Divisas (art. 22, <i>caput</i>)	724
33.1. Noção	724
33.2. Bem Jurídico	725
33.3. Sujeito Ativo	725
33.3.1. Crime Comum	725
33.3.2. Teoria do Domínio do Fato e Responsabilidade Subjetiva	725
33.4. Sujeito Passivo	726
33.5. Tipo Objetivo	726
33.5.1. Divisas	726
33.5.2. Operação de Câmbio Não Autorizada	728

33.5.3. Dólar-Cabo	728
33.5.4. Omissão no Ingresso de Divisas	729
33.5.5. Importação	731
33.5.6. Contas de Não Residentes (antigas CC-5)	731
33.6. Tipo Subjetivo	733
33.6.1. Erro	734
33.7. Consumação.	734
33.8. Concurso de Crimes	735
33.8.1. Concurso Aparente	735
33.8.1.1. Falsidade Ideológica e Uso de Documento Falso (CP, arts. 299, 297 e 298)	735
33.8.1.2. Descaminho (CP, art. 334)	735
33.8.1.3. Gestão Fraudulenta (LCSFN, art. 4º)	735
33.8.1.4. Sonegação de Informações (LCSFN, art. 6º)	736
33.8.1.5. Falsidade em Operação de Câmbio (LCSFN, art. 21)	736
33.8.1.6. Progressão Criminosa (LCSFN, art. 22, <i>caput</i> e parágrafo único)	736
33.9. Extinção da Punibilidade	736
33.10. Ação Penal	736
33.10.1. Competência Territorial	736
33.10.2. Denúncia	737
34. Evasão de Divisas (art. 22, parágrafo único, primeira figura)	737
34.1. Noção	737
34.2. Bem Jurídico	737
34.3. Sujeito Ativo	737
34.4. Tipo Objetivo	738
34.4.1. Falta de Autorização Legal	738
34.4.2. Crime Configurado	740
34.4.3. Crime Não Configurado	740
34.4.4. Posse de Moeda Estrangeira	741
34.4.5. Ingresso de Valores	741
34.4.6. Aquisição Regular	741
34.4.7. Princípio da Insignificância	742
34.5. Tipo Subjetivo	742
34.5.1. Erro de Proibição	742
34.6. Consumação	742

Crimes Federais

34.6.1. Tentativa.....	742
34.6.1.1. Crime Impossível.....	743
34.7. Concurso de Crimes.....	743
34.7.1. Falsidade Ideológica ou Material.....	743
34.7.2. Uso de Documento Falso (CP, art. 304).....	743
34.7.3. Gestão Fraudulenta (LCSFN, art. 4º).....	743
34.7.4. Sonegação de Informação ou Prestação de Informação Falsa (LCSFN, art. 6º).....	744
34.7.5. Progressão Criminosa (LCSFN, art. 22, <i>caput</i> , e parágrafo único).....	744
34.7.6. Crime contra a Ordem Tributária (Lei 8.137/90, art. 1º).....	744
34.7.7. Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613/98).....	744
34.8. Extinção da Punibilidade.....	745
34.9. Pena.....	745
34.9.1. Primeira Fase.....	745
34.9.2. Substituição.....	746
34.9.3. Fixação de Valor Mínimo para Reparação do Dano.....	746
34.10. Ação Penal.....	746
34.10.1. Perícia.....	746
34.10.2. Apreensão dos Valores.....	746
34.10.3. Perdimento dos Valores.....	746
35. Manutenção de Depósitos Não Declarados no Exterior (art. 22, parágrafo único, segunda figura).....	747
35.1. Noção.....	747
35.2. Bem Jurídico.....	748
35.3. Tipo Objetivo.....	748
35.3.1. Limite Mínimo para Comunicação.....	750
35.4. Tipo Subjetivo.....	750
35.4.1. Erro de Tipo.....	751
35.5. Consumação.....	751
35.6. Concurso de Crimes.....	751
35.7. Extinção da Punibilidade.....	751
35.8. Ação Penal.....	751
35.8.1. Denúncia.....	751
35.8.2. Prova.....	751
36. Prevaricação (art. 23).....	752

36.1. Noção	752
36.2. Sujeito Ativo	752
36.3. Tipo Objetivo	752
36.4. Tipo Subjetivo	752
37. Pena nos Crimes contra o SFN	752
37.1. Pena de Multa (art. 33)	752
37.2. Colaboração Premiada (art. 25, § 2º)	753
38. Extinção da Punibilidade	753
38.1. Pagamento	753
38.2. Extinção da Liquidação Extrajudicial	753
39. Ação Penal nos Crimes contra o SFN	753
39.1. Competência	754
39.1.1. JF	754
39.1.1.1. Falência	754
39.1.1.2. Conexão	755
39.1.1.3. Varas Especializadas	755
39.1.2. JE	755
39.1.3. Competência Territorial	755
39.1.3.1. Conexão	756
39.1.3.2. Evasão de Divisas	756
39.2. Representação do Ofendido (art. 27)	756
40. Questões Processuais	757
40.1. Notificação Prévia	757
40.2. Denúncia	757
40.3. Segredo de Justiça	757
40.4. Perícia	758
40.5. Requisição de Documentos pelo MP (art. 29)	758
40.6. Prisão Preventiva (art. 30)	761
40.6.1. Prisão Temporária	762
40.7. Inafiançabilidade e Recolhimento à Prisão para Apelar (art. 31)	762
41. Papel dos Órgãos de Regulamentação e Fiscalização do SFN	763
41.1. BACEN	764
41.2. CVM	764

41.3. Regulamentação	765
41.4. Fiscalização	765
41.5. Compartilhamento de Informações	765
41.6. Arquivamento do Procedimento Administrativo	766
41.7. Cópias	766
41.8. Assistência de Acusação (art. 26, parágrafo único)	766
REFERÊNCIAS	767
19. CRIMES DE PRECONCEITO OU DISCRIMINAÇÃO (LEI 7.716/89)	771
1. Noção	771
2. Conceitos	772
3. Imprescritibilidade	773
4. Bem Jurídico	773
5. Modalidades Específicas de Discriminação (arts. 3º a 14)	773
5.1. Sujeito Ativo	773
5.2. Tipo Subjetivo	774
5.3. Tipos Objetivos	774
5.3.1. Elementos Objetivos	774
5.3.2. Condutas	776
5.3.3. Acesso ou Promoção no Serviço Público (art. 3º)	776
5.3.4. Emprego em Empresa Privada (art. 4º, caput)	777
5.3.5. Discriminação na Vigência do Contrato (art. 4º, § 1º)	777
5.3.6. Anúncios e Recrutamento (art. 4º, § 2º)	778
5.3.6.1. Duração da Pena	778
5.3.7. Acesso a Estabelecimento Comercial (art. 5º)	778
5.3.8. Ingresso em Instituição de Ensino (art. 6º)	779
5.3.8.1. Penas	779
5.3.9. Acesso ou Hospedagem em Hotéis e Similares (art. 7º)	779
5.3.10. Acesso a Restaurantes e Similares (art. 8º)	779
5.3.11. Acesso a Locais de Diversão ou Clubes Sociais (art. 9º)	780
5.3.12. Acesso a Salões de Cabeleireiro e Similares (art. 10)	780
5.3.13. Acesso a Entrada ou Elevador Social (art. 11)	780
5.3.14. Acesso ou Uso de Transportes Públicos (art. 12)	780

5.3.15. Acesso ao Serviço Público Militar (art. 13).....	781
5.3.16. Casamento ou Convivência Familiar e Social (art. 14)	781
6. Tipo Genérico (art. 20)	781
6.1. Bem Jurídico.....	781
6.2. Sujeito Ativo	781
6.3. Sujeito Passivo	781
6.4. Tipo Objetivo	781
6.5. Tipo Subjetivo	782
6.5.1. Liberdade de Expressão.....	783
6.5.2. Inviolabilidade Parlamentar	787
6.6. Consumação	788
6.7. Pena	788
7. Divulgação do Nazismo (art. 20, § 1º)	788
7.1. Noção	788
7.2. Tipo Objetivo	788
7.3. Tipo Subjetivo	789
7.4. Concurso de Crimes	789
7.4.1. Injúria Racista (CP, art. 140, § 3º).....	789
7.4.2. Tortura (Lei 9.455/97, art. 1º, I, c).....	789
8. Efeitos da Condenação	790
9. Ação Penal	790
9.1. Competência	790
9.1.1. Competência Territorial	791
10. Medidas Assecuratórias	791
11. Inafiançabilidade.....	791
REFERÊNCIAS	791
20. TRÁFICO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (LEI 8.069/90, ART. 239)	793
1. Noção	793
2. Bem Jurídico	794
3. Sujeito Ativo.....	794
4. Sujeito Passivo	795

5. Tipo Objetivo.....	795
5.1. Forma Qualificada.....	796
6. Tipo Subjetivo.....	797
7. Consumação.....	797
8. Distinções.....	798
9. Concurso de Crimes.....	798
10. Ação Penal.....	798
10.1. Competência da JF.....	798
10.2. Competência da JE.....	799
10.3. Prisão Preventiva.....	799
REFERÊNCIAS.....	799
21. PORNOGRAFIA INFANTIL (LEI 8.069/90, ARTS. 241 A 241-C).....	801
1. Noção.....	801
2. Bem Jurídico.....	802
3. Sujeito Ativo.....	802
4. Sujeito Passivo.....	803
5. Venda ou Exposição à Venda (Lei 8.069/90, art. 241).....	803
5.1. Noção.....	803
5.2. Tipo Objetivo.....	803
5.3. Conduta.....	803
5.4. Tipo Subjetivo.....	804
6. Divulgação (Lei 8.069/90, art. 241-A, <i>caput</i>).....	804
6.1. Tipo Objetivo.....	804
6.2. Distinção.....	805
6.3. Tipo Subjetivo.....	806
6.4. Consumação.....	807
6.5. Concurso de Crimes.....	807
7. Asseguramento dos Meios ou Serviços (Lei 8.069/90, art. 241-A, § 1º, I e II).....	808
7.1. Noção.....	808
7.2. Tipo Objetivo.....	808
7.3. Condição Objetiva de Punibilidade.....	809

7.4. Tipo Subjetivo	809
8. Aquisição, Posse ou Armazenamento (Lei 8.069/90, art. 241-B)	809
8.1. Noção	809
8.2. Tipo Objetivo	809
8.3. Tipo Subjetivo	810
8.4. Crime Configurado	810
8.5. Excludente da Ilcitude	810
8.6. Consumação	811
8.7. Concurso de Crimes	811
9. Simulação (Lei 8.069/90, art. 241-C)	811
9.1. Noção	811
9.2. Tipo Objetivo	811
10. Pena	811
11. Ação Penal	812
11.1. Competência da JF	812
11.2. Competência Territorial	813
11.3. Prova	813
REFERÊNCIAS	814
22. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (LEI 8.137/90).....	815
1. Histórico	815
2. Noção	817
2.1. Classificação	817
2.2. Sonegação e Fraude	818
2.3. Direito Penal Tributário	819
3. Bem Jurídico	819
4. Sujeito Ativo	820
4.1. Crime Comum	820
4.2. Pessoa Jurídica	821
4.3. Responsabilidade Subjetiva	821
4.4. Teoria do Domínio do Fato	822
4.5. Participação	823

Crimes Federais

4.6. Profissional da Saúde	824
4.7. Responsabilidade por Omissão	825
4.8. Membro do Conselho de Administração	825
5. Sujeito Passivo	826
6. Tipo Básico (art. 1º).....	826
6.1. Tipo Objetivo	826
6.1.1. Condutas	826
6.1.2. Objeto	826
6.1.3. Arbitramento	827
6.1.4. Lançamento Definitivo	828
6.1.4.1. Limites da Exigência do Lançamento Definitivo	830
6.1.4.1.1. Ação Judicial Cível	830
6.1.4.1.2. Associação criminosa	831
6.1.4.1.3. Delito do art. 2º da Lei 8.137/90	832
6.1.4.1.4. Falsidade	832
6.1.4.2. Teor da Conclusão Administrativa	832
6.1.4.3. Regularidade Formal do Procedimento Administrativo	832
6.1.4.4. Parcelamento	833
6.1.4.5. Extradicação	833
6.1.4.6. Extinção do Crédito Tributário	833
6.1.5. Princípio da Insignificância	834
6.1.6. Renda Proveniente de Ilícito	835
6.1.7. Modalidades Fraudulentas	835
6.1.7.1. Art. 1º, inc. I	836
6.1.7.1.1. Crime Não Configurado	837
6.1.7.2. Art. 1º, inc. II	837
6.1.7.3. Art. 1º, inc. III	839
6.1.7.4. Art. 1º, inc. IV	840
6.1.7.5. Art. 1º, inc. V	841
6.1.7.5.1. Crime Configurado	841
6.2. Tipo Subjetivo	842
6.2.1. Dolo Eventual	843
6.2.2. Erro	843

6.3. Consumação	844
6.3.1. Tentativa	845
6.3.2. Crime Impossível	845
6.4. Culpabilidade	845
6.5. Concurso de Crimes	846
6.5.1. Crime Único	846
6.5.2. Concurso Formal	846
6.5.3. Multiplicidade de Entes Lesados	847
6.5.4. Crime Continuado	847
6.5.5. Crime de Falso	848
6.6. Concurso Material	849
6.6.1. Associação Criminosa (CP, art. 288)	849
6.6.2. Lavagem de Dinheiro	850
6.6.3. Crime contra o SFN	850
6.7. Concurso Aparente	850
6.7.1. Falsificação de Selo ou Sinal Público (CP, art. 293, I e V)	850
6.7.2. Estelionato (CP, art. 171)	851
6.7.3. Descaminho (CP, art. 334)	851
6.7.4. Exercício Arbitrário das Próprias Razões (CP, art. 345)	852
6.7.5. Lei de Incentivo à Cultura	852
6.8. Pena	852
6.8.1. Primeira Fase	853
6.8.2. Terceira Fase	854
6.8.3. Colaboração Premiada	855
6.8.4. Multa	856
7. Desobediência (art. 1º, parágrafo único)	856
7.1. Tipo Objetivo	856
7.2. Tipo Subjetivo	857
7.3. Consumação	857
7.4. Quadro-Resumo	857
8. Art. 2º, inc. I	858
8.1. Tipo Objetivo	858
8.1.1. Crime Configurado	859

Crimes Federais

8.1.2. Desnecessidade de Lançamento Definitivo	859
8.2. Tipo Subjetivo	859
8.3. Consumação	859
8.4. Concurso de Crimes	860
8.5. Ação Penal	860
8.6. Quadro-Resumo	860
9. Apropriação Indébita (art. 2º, inc. II)	860
9.1. Noção	860
9.2. Sujeito Ativo	860
9.3. Tipo Objetivo	860
9.3.1. Constitucionalidade	861
9.3.2. Inexigibilidade de Lançamento Definitivo	861
9.4. Tipo Subjetivo	862
9.5. Dificuldades Financeiras	862
9.6. Consumação	862
9.7. Concurso de Crimes	862
9.7.1. Crime Continuado	862
9.7.2. Concurso Aparente	863
9.8. Parcelamento	863
9.9. Quadro-Resumo	863
10. Art. 2º, inc. III	863
10.1. Noção	863
10.2. Sujeito Ativo	864
10.3. Tipo Objetivo	864
10.4. Tipo Subjetivo	864
10.5. Consumação	864
10.6. Concurso de Crimes	864
10.7. Quadro-Resumo	865
11. Art. 2º, inc. IV	865
11.1. Noção	865
11.2. Tipo Objetivo	865
11.3. Tipo Subjetivo	866
11.4. Consumação	866

11.5. Concurso de Crimes	866
11.6. Quadro-Resumo	866
12. Art. 2º, inc. V	866
12.1. Tipo Objetivo	866
12.2. Sujeito Ativo	867
12.3. Tipo Subjetivo	867
12.4. Concurso de Crimes	867
12.5. Quadro-Resumo	867
13. Extravio, Sonegação ou Inutilização de Livro ou Documento (Lei 8.137, art. 3º, I)	868
13.1. Noção	868
13.2. Sujeito Ativo	868
13.3. Tipo Objetivo	868
13.4. Tipo Subjetivo	868
13.5. Consumação	868
13.6. Concurso de Crimes	868
13.7. Quadro-Resumo	868
14. Corrupção e Concussão (Lei 8.137, art. 3º, II)	869
14.1. Noção	869
14.2. Sujeito Ativo	869
14.3. Tipo Objetivo	869
14.4. Tipo Subjetivo	869
14.5. Consumação	869
14.6. Ação Penal	870
14.7. Quadro-Resumo	870
15. Advocacia Administrativa (Lei 8.137, art. 3º, III)	870
15.1. Noção	870
15.2. Sujeito Ativo	870
15.3. Tipo Objetivo	870
15.4. Quadro-Resumo	871
16. Ação Penal	871
16.1. Representação Fiscal para Fins Penais	871
16.2. Fiscalização Tributária	872
16.3. Inquérito Policial	873

Crimes Federais

16.4. Competência	874
16.4.1. Competência Territorial	874
17. Questões Processuais	875
17.1. Denúncia	875
17.2. Questão Prejudicial	877
17.3. Prova Pericial	878
17.4. Medidas Assecuratórias	879
18. Extinção da Punibilidade	880
18.1. Noção e Resumo da Situação Atual	880
18.2. Constitucionalidade	884
18.3. Formalização	885
18.3.1. Homologação do Parcelamento	885
18.3.2. Exclusão	886
18.3.3. Reinclusão	887
18.3.4. Prova	887
18.4. Aplicação ao Crime-Meio	887
18.4.1. Crime de Associação Criminosa	888
18.5. Amplitude Subjetiva	888
18.6. Procedimento	888
18.6.1. Iniciativa	888
18.7. Inquérito Policial	888
18.8. Regime Anterior (Lei 9.249/95, art. 34)	889
18.8.1. Parcelamento	889
18.8.2. Aplicabilidade Extensiva	890
18.8.3. Inaplicabilidade	891
18.9. REFIS (Lei 9.964/00, art. 15)	891
18.9.1. Aplicação da Lei no Tempo	892
18.9.2. Limites	892
18.9.3. Discussão Administrativa	893
18.9.4. Parcelamento Parcial	893
18.9.5. Intimação	894
18.10. PAES (Lei 10.684/03, art. 9º)	894
18.10.1. Parcelamentos Ordinários	895

18.10.2. Inaplicabilidade	896
18.10.3. Homologação	896
18.10.4. Valor das Parcelas	896
18.10.5. Pessoa Física	896
18.10.6. Migração	896
18.10.7. Execução Penal	897
18.10.8. Nulidade	897
18.10.9. Momento	897
18.10.10. Pagamento	898
18.10.11. Recurso	898
18.11. PAEX (Lei 11.941/09)	898
18.11.1. Adesão	898
19. Quadro-Resumo	898
REFERÊNCIAS	899
23. CRIMES DE LICITAÇÕES (LEI 8.666/93)	901
1. Noção	901
2. Bem Jurídico	902
3. Sujeito Ativo	902
4. Sujeito Passivo	902
5. Tipo Subjetivo	902
6. Dispensa ou Inexigibilidade Indevida (art. 89)	902
6.1. Bem Jurídico	902
6.2. Sujeito Ativo	902
6.2.1. Prefeito	903
6.3. Tipo Objetivo	903
6.3.1. Tipo Básico	903
6.3.2. Parágrafo Único	904
6.3.3. Crime Configurado	905
6.3.4. Crime Não Configurado	905
6.4. Tipo Subjetivo	905
6.5. Consumação	906
6.6. Concurso de Crimes	907

Crimes Federais

6.6.1. Concurso Aparente	907
6.6.2. Concurso Material	907
6.7. Pena	907
6.8. Ação Penal	907
7. Frustração ou Fraude do Caráter Competitivo (art. 90)	907
7.1. Noção	907
7.2. Sujeito Ativo	907
7.3. Sujeito Passivo	908
7.4. Tipo Objetivo	908
7.4.1. Crime Configurado	908
7.4.2. Crime Não Configurado	909
7.5. Tipo Subjetivo	909
7.6. Consumação	909
7.7. Distinção	910
7.8. Concurso de Crimes	910
7.8.1. Concurso Aparente	910
7.8.2. Concurso Material	910
7.9. Pena	910
8. Advocacia Administrativa (art. 91)	910
8.1. Noção	910
8.2. Sujeito Ativo	910
8.3. Tipo Objetivo	911
8.4. Tipo Subjetivo	911
8.5. Consumação	911
8.6. Distinção	911
9. Modificação Ilegal do Contrato (art. 92, primeira figura)	911
9.1. Bem Jurídico	911
9.2. Sujeito Ativo	912
9.3. Tipo Objetivo	912
9.4. Tipo Subjetivo	912
9.5. Consumação	912
9.6. Concurso de Crimes	912
10. Pagamento Antecipado (art. 92, segunda figura)	913

10.1. Sujeito Ativo	913
10.2. Tipo Objetivo	913
10.3. Tipo Subjetivo	913
10.4. Consumação	913
11. Favorecimento do Contratado (art. 92, parágrafo único)	914
11.1. Sujeito Ativo	914
11.2. Tipo Objetivo	914
11.3. Tipo Subjetivo	914
11.4. Consumação	914
11.5. Concurso de Crimes	914
11.6. Ação Penal	914
12. Impedimento, Perturbação ou Fraude a Ato Licitatório (art. 93)	915
12.1. Bem Jurídico	915
12.2. Sujeito Ativo	915
12.3. Tipo Objetivo	915
12.3.1. Crime Não Configurado	915
12.4. Tipo Subjetivo	915
12.5. Consumação	915
12.6. Concurso de Crimes	915
12.7. Ação Penal	916
12.7.1. Competência	916
12.7.2. Decisão Administrativa	916
13. Quebra de Sigilo de Proposta (art. 94)	916
13.1. Noção	916
13.2. Sujeito Ativo	916
13.3. Tipo Objetivo	916
13.4. Tipo Subjetivo	917
13.5. Consumação	917
14. Afastamento de Licitante (art. 95)	917
14.1. Noção	917
14.2. Sujeito Ativo	917
14.3. Tipo Objetivo	917
14.4. Tipo Subjetivo	918

14.5. Consumação.....	918
14.6. Distinção	918
14.7. Pena	918
15. Superfaturamento ou Fraude na Execução do Contrato (art. 96)	918
15.1. Sujeito Ativo	918
15.2. Tipos Objetivos.....	918
15.2.1. Elevação Arbitrária de Preços (inc. I)	918
15.2.2. Venda de Mercadoria Falsa ou Deteriorada (inc. II)	919
15.2.3. Entrega de uma Mercadoria por Outra (inc. III)	919
15.2.4. Alteração de Substância, Qualidade ou Quantidade da Mercadoria (inc. IV) ..	919
15.2.5. Modificação Injusta do Contrato (inc. V).....	919
15.3. Consumação.....	920
16. Admissão à Licitação ou Contratação de Profissional Inidôneo (art. 97)	920
16.1. Sujeito Ativo	920
16.2. Tipo Objetivo	920
16.3. Tipo Subjetivo	920
16.4. Consumação.....	920
17. Obstaculização, Impedimento ou Dificultação de Registro (art. 98).....	921
17.1. Noção	921
17.2. Sujeito Ativo	921
17.3. Tipo Objetivo	921
17.4. Tipo Subjetivo	921
17.5. Consumação.....	922
18. Pena	922
19. Multa	922
20. Efeito da Condenação	922
21. Ação Penal	922
21.1. Competência	923
21.1.1. JF	923
21.1.2. JE	923
21.2. Rito	923
21.3. Interceptação Telefônica	924
REFERÊNCIAS	924

24. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA (LEI 9.296/96)	925
1. Introdução	925
2. Noção	926
3. Âmbito de Aplicação	926
3.1. Abrangência Objetiva	926
3.2. Interceptação, Gravação e Escuta	927
3.3. Comunicações Telemáticas	927
3.4. Dados Cadastrais Telefônicos	928
3.5. Relações de Chamadas	928
3.6. Sigilo Profissional do Advogado	930
4. Requisitos	931
4.1. Decisão Fundamentada	931
4.2. Investigação Criminal e Instrução Processual Penal	932
4.3. Causa Provável	933
4.4. Necessidade	934
4.5. Crimes Apenados com Reclusão	935
4.6. Delimitação do Objeto da Investigação	935
4.6.1. Descoberta Fortuita	936
5. Iniciativa	937
6. Competência	937
6.1. Autorização	937
6.2. Execução	938
7. Momento	939
8. Prazo	939
8.1. Prorrogação	940
9. Auto Circunstanciado	941
10. Degravação	941
11. Perícia	943
12. Cientificação do MP	943
13. Autuação	944
14. Incidente de Inutilização	945

15. Tipo Penal (art. 10)	945
15.1. Noção	945
15.2. Bem Jurídico	945
15.3. Sujeito Ativo	945
15.4. Tipo Objetivo	945
15.5. Tipo Subjetivo	946
15.6. Consumação	946
15.7. Ação Penal	946
REFERÊNCIAS	947
25. TORTURA (LEI 9.455/97)	948
1. Noção	948
1.1. Extraterritorialidade da Lei Brasileira (art. 2º)	949
2. Bem Jurídico	949
3. Tipo Básico (art. 1º, I)	949
3.1. Sujeito Ativo	949
3.2. Sujeito Passivo	950
3.3. Tipo Objetivo	950
3.4. Tipo Subjetivo	951
3.5. Consumação	952
4. Tortura-Castigo (art. 1º, II)	952
4.1. Sujeito Ativo	952
4.2. Sujeito Passivo	952
4.3. Tipo Objetivo	952
4.4. Tipo Subjetivo	953
4.5. Consumação	953
5. Tortura do Encarcerado (art. 1º, § 1º)	953
5.1. Sujeito Ativo	953
5.2. Sujeito Passivo	953
5.3. Tipo Objetivo	953
5.4. Tipo Subjetivo	954
5.5. Consumação	954
6. Crimes Qualificados pelo Resultado (art. 1º, § 3º)	954

7. Omissão diante da Tortura (art. 1º, § 2º).....	954
7.1. Noção	954
7.2. Sujeito Ativo	955
7.3. Tipo Objetivo	955
7.4. Tipo Subjetivo	955
7.5. Consumação.....	955
8. Pena	955
9. Concurso de Crimes	955
9.1. Concurso Aparente	955
9.2. Maus-Tratos (CP, art. 136).....	956
9.3. Sequestro ou Cárcere Privado (CP, art. 148) e Extorsão Mediante Sequestro (CP, art. 159).....	956
10. Pena	956
10.1. Primeira Fase	956
10.2. Terceira Fase.....	956
10.3. Efeito da Condenação	957
10.4. Regime Inicial	957
10.5. Substituição da Pena	957
10.6. Anistia e Graça	958
11. Ação Penal	958
11.1. Competência	958
11.2. Prova	959
11.3. Liberdade Provisória.....	960
11.4. Afastamento	960
REFERÊNCIAS	960
26. CRIMES DE TELECOMUNICAÇÕES (LEIS 4.117/62 E 9.472/97).....	961
1. Noção.....	961
1.1. Constitucionalidade	961
1.2. Lei Aplicável.....	962
1.3. Distinção	964
1.4. Rádios Comunitárias	964
2. Bem Jurídico	965
3. Sujeito Ativo.....	965

4. Tipo Objetivo.....	966
4.1. Norma Penal em Branco	966
4.2. Princípio da Insignificância	966
4.3. Televisão a Cabo.....	968
4.4. Provedor de <i>Internet</i>	968
4.5. Serviço de Comunicação Multimídia	968
4.6. Crime Configurado	969
4.7. Crime Não Configurado	969
5. Tipo Subjetivo	969
5.1. Erro de Tipo.....	970
5.2. Erro de Proibição.....	970
6. Adequação Social.....	970
7. Consumação	970
8. Concurso de Crimes	971
9. Pena	971
9.1. Multa	971
10. Ação Penal	971
10.1. Fiscalização	971
10.2. Perícia.....	972
10.3. Busca e Apreensão	972
10.3.1. Fundamento	972
10.3.2. Competência	972
10.3.3. Mandado	972
10.3.4. Medida Cabível	972
10.3.5. Recurso.....	972
REFERÊNCIAS	973
27. CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE (LEI 9.605/98)	974
1. Noção.....	974
2. Bem Jurídico	974
2.1. Princípio da Insignificância	975
3. Sujeito Ativo.....	977

4. Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica	978
4.1. Admissibilidade	978
4.2. Dupla Imputação	980
4.3. Penas para Pessoas Jurídicas	980
4.3.1. Multa	981
4.3.2. PRDs	981
4.3.3. PSC	982
4.3.4. Efeito da Condenação	983
4.4. Prescrição	983
4.5. Ação Penal contra Pessoa Jurídica	983
4.5.1. Denúncia	983
4.5.2. Citação	983
4.5.3. Mandado de Segurança	983
4.5.4. Interrogatório	984
4.5.5. Interdição Cautelar	984
5. Penas	984
5.1. Primeira Fase	984
5.2. Segunda Fase	985
5.2.1. Atenuantes	985
5.2.2. Agravantes	985
5.3. Terceira Fase	987
5.4. Multa	987
5.5. PRDs	988
5.5.1. Rol	988
5.5.2. PSC	988
5.5.3. Interdição Temporária de Direitos	989
5.5.4. Suspensão de Atividades	989
5.5.5. Prestação Pecuniária	990
5.5.6. Recolhimento Domiciliar	990
5.5.7. Suspensão Condicional da Pena	990
6. Medidas Despenalizadoras	990
6.1. Transação	990
6.2. Suspensão Condicional do Processo	991

6.3. Termo de Compromisso (art. 79-A)	992
7. Ação Penal	992
7.1. Competência	993
7.1.1. JE	993
7.1.2. JF	994
7.1.2.1. Bens da União	994
7.1.2.2. Águas da União	995
7.1.2.3. Serviço da União ou de Autarquia Federal	996
7.1.2.4. Interesse da União ou Ente Federal	997
7.1.2.5. Internacionalidade	998
7.1.2.6. Áreas de Entorno	998
7.1.2.7. Propriedade Particular	999
7.1.2.8. APP	999
7.1.2.9. APA	1000
7.1.3. Justiça Militar	1000
7.1.4. JEC	1000
7.1.5. Varas Ambientais Especializadas	1001
8. Questões Processuais	1001
8.1. Denúncia	1001
8.2. Perícia	1001
8.3. Apreensão de Bens	1001
8.3.1. Animais	1003
8.3.2. Produtos Perecíveis e Madeiras	1003
8.3.3. Produtos e Subprodutos Não Perecíveis	1004
8.3.4. Veículos, Embarcações e Equipamentos	1004
8.3.5. Perdimento	1004
8.3.6. Manutenção da Apreensão de Veículos, Embarcações e Equipamentos	1006
8.3.7. Regras Especiais	1008
8.3.8. Decisão	1008
8.3.9. Mandado de Segurança	1008
8.4. Sentença	1009
8.4.1. Fixação do Valor do Dano	1009
9. Caça (art. 29)	1009

9.1. Sujeito Ativo	1009
9.2. Tipo Objetivo	1009
9.2.1. Condutas	1009
9.2.2. Formas Derivadas (§ 1º)	1010
9.2.3. Objeto	1011
9.2.4. Princípio da Insignificância	1011
9.3. Tipo Subjetivo	1012
9.3.1. Erro de Proibição	1012
9.4. Consumação	1012
9.5. Estado de Necessidade	1012
9.6. Inexigibilidade de Conduta Diversa	1013
9.7. Distinções	1013
9.8. Concurso de Crimes	1013
9.9. Pena	1013
9.9.1. Perdão Judicial	1014
9.10. Ação Penal	1014
10. Exportação Irregular de Peles e Couros (art. 30)	1015
10.1. Sujeito Ativo	1015
10.2. Tipo Objetivo	1015
10.3. Tipo Subjetivo	1015
10.4. Consumação	1015
10.5. Ação Penal	1015
11. Introdução Irregular de Espécime Animal no País (art. 31)	1015
11.1. Bem Jurídico	1015
11.2. Tipo Objetivo	1015
11.3. Tentativa	1016
11.4. Ação Penal	1016
12. Maus-Tratos (art. 32)	1016
12.1. Noção	1016
12.2. Sujeito Ativo	1016
12.3. Tipo Objetivo	1016
12.4. Tipo Subjetivo	1017
12.5. Consumação	1017

Crimes Federais

12.6. Pena	1017
12.7. Ação Penal	1017
12.7.1. Competência	1017
12.7.2. Prova	1017
13. Perecimento de Espécimes da Fauna Aquática (art. 33, <i>caput</i>)	1018
13.1. Tipo Objetivo	1018
13.2. Formas Derivadas (art. 33, parágrafo único)	1018
13.3. Tipo Subjetivo	1019
13.4. Consumação	1019
14. Pesca Predatória (art. 34)	1019
14.1. Noção	1019
14.2. Bem Jurídico	1020
14.3. Sujeito Ativo	1020
14.4. Tipo Objetivo	1020
14.4.1. Objeto	1020
14.4.2. Norma Penal em Branco	1021
14.4.3. Tipo Básico (Período ou Local Proibido)	1021
14.4.4. Condutas Derivadas (art. 34, III)	1022
14.4.4.1. Espécie Proibida ou Espécime de Tamanho Proibido	1022
14.4.4.2. Pesca em Quantidade Superior à Permitida ou com Petrecho Proibido	1022
14.4.4.3. Condutas Posteriores	1023
14.4.5. Princípio da Insignificância	1023
14.5. Tipo Subjetivo	1025
14.5.1. Erro de Proibição	1025
14.6. Dificuldade Financeira	1026
14.7. Estado de Necessidade	1026
14.8. Consumação	1026
14.9. Concurso de Crimes	1027
14.10. Pena	1027
14.11. Ação Penal	1028
14.11.1. Competência	1028
14.11.2. Prova	1029
15. Pesca Mediante Explosivos, Substâncias Tóxicas ou Assemelhados (art. 35)	1029

15.1. Noção	1029
15.2. Sujeito Ativo	1029
15.3. Tipo Objetivo	1029
16. Exclusão de Crime (art. 37)	1030
17. Generalidades sobre Crimes Contra a Flora (arts. 38-53)	1031
17.1. Noção	1031
17.2. Ação Penal	1031
17.2.1. Competência	1031
18. Destruição, Dano ou Utilização de Floresta de Preservação Permanente (art. 38) ..	1031
18.1. Noção	1031
18.2. Sujeito Ativo	1032
18.3. Tipo Objetivo	1032
18.3.1. Objeto	1032
18.3.2. Condutas	1033
18.3.3. Crime Não Configurado	1033
18.3.4. Atividades Agrossilvipastoris	1033
18.4. Tipo Subjetivo	1035
18.5. Consumação	1035
18.6. Concurso de Crimes	1035
18.7. Ação Penal	1035
18.7.1. Competência	1035
18.7.2. Perícia	1036
19. Destruição, Dano ou Utilização de Vegetação da Mata Atlântica (art. 38-B)	1036
19.1. Noção	1036
19.2. Sujeito Ativo	1036
19.3. Tipo Objetivo	1037
19.3.1. Condutas	1037
19.4. Consumação	1038
19.5. Tipo Subjetivo	1038
19.6. Concurso de Crimes	1038
19.7. Ação Penal	1038
19.7.1. Competência	1038
19.7.2. Perícia	1038

Crimes Federais

20. Corte de Árvore em Floresta de Preservação Permanente (art. 39)	1038
20.1. Sujeito Ativo	1038
20.2. Tipo Objetivo	1038
20.3. Tipo Subjetivo	1039
20.4. Consumação	1039
20.5. Pena	1039
20.6. Concurso de Crimes	1039
20.7. Ação Penal	1039
20.7.1. Competência	1039
21. Dano a Unidades de Conservação de Proteção Integral (art. 40)	1040
21.1. Noção	1040
21.2. Sujeito Ativo	1041
21.3. Tipo Objetivo	1042
21.3.1. Objeto	1042
21.3.2. Conduta	1042
21.3.3. Crime Configurado	1043
21.3.4. Crime Não Configurado	1043
21.3.5. Princípio da Insignificância	1044
21.4. Tipo Subjetivo	1044
21.5. Consumação	1044
21.6. Distinção	1045
21.7. Concurso de Crimes	1045
21.8. Pena	1046
21.9. Ação Penal	1046
21.9.1. Competência	1046
21.9.2. Denúncia	1047
21.9.3. Perícia	1047
22. Dano a Unidades de Conservação de Uso Sustentável (art. 40-A)	1047
22.1. Noção	1047
23. Incêndio em Mata ou Floresta (art. 41)	1048
23.1. Bem Jurídico	1048
23.2. Tipo Objetivo	1049
23.2.1. Crime Não Configurado	1049

23.2.2. Princípio da Insignificância	1049
23.3. Tipo Subjetivo	1049
23.3.1. Forma Culposa.	1049
23.3.2. Erro de Proibição.	1049
23.4. Consumação.	1050
23.5. Distinções.	1050
23.6. Ação Penal	1050
24. Soltar Balões (art. 42)	1050
24.1. Bem Jurídico.	1050
24.2. Tipo Objetivo	1050
24.3. Tipo Subjetivo	1051
24.4. Consumação.	1051
24.5. Ação Penal	1051
25. Extração de Minerais de Florestas de Domínio Público ou de Preservação Perma- nente (art. 44)	1051
25.1. Tipo Objetivo	1051
25.1.1. Princípio da Insignificância	1051
25.2. Tipo Subjetivo	1051
25.3. Estado de Necessidade.	1051
25.4. Concurso de Crimes	1051
26. Transformação de Madeira de Lei em Carvão (art. 45)	1052
26.1. Tipo Objetivo	1052
26.2. Tipo Subjetivo	1052
26.3. Consumação.	1052
26.4. Ação Penal	1052
26.4.1. Competência	1052
27. Comércio ou Industrialização Irregular de Produtos Vegetais (art. 46, <i>caput</i>)	1053
27.1. Tipo Objetivo	1053
27.2. Consumação	1053
27.3. Concurso de Crimes	1053
27.4. Pena	1053
28. Forma Derivada (art. 46, parágrafo único)	1053
28.1. Tipo Objetivo	1053

28.1.1. Crime Não Configurado	1054
28.2. Tipo Subjetivo	1054
28.2.1. Erro de Proibição	1054
28.3. Consumação	1054
28.4. Concurso de Crimes	1054
28.5. Ação Penal	1055
28.5.1. JE	1055
28.5.2. JF	1055
29. Impedimento ou Dificultação da Regeneração de Florestas ou Vegetação (art. 48)	1056
29.1. Noção	1056
29.2. Sujeito Ativo	1056
29.3. Tipo Objetivo	1056
29.3.1. Crime Configurado	1057
29.3.2. Crime Não Configurado	1057
29.4. Tipo Subjetivo	1057
29.4.1. Erro de Proibição	1057
29.5. Consumação	1058
29.6. Concurso de Crimes	1058
29.7. Ação Penal	1060
29.7.1. Competência	1060
29.7.2. Denúncia	1060
30. Destruir, Danificar, Lesar ou Maltratar, por qualquer modo ou meio, Plantas de Ornamentação de Logradouros Públicos ou em Propriedade Privada Alheia (art. 49)	1060
30.1. Sujeito Ativo	1060
30.2. Tipo Objetivo	1060
30.3. Tipo Subjetivo	1061
30.4. Consumação	1061
30.5. Ação Penal	1061
31. Destruição ou Dano de Florestas ou Vegetação de Especial Preservação (art. 50)	1061
31.1. Noção	1061
31.2. Tipo Objetivo	1061
31.3. Concurso de Crimes	1061
31.4. Ação Penal	1062

31.4.1. Competência	1062
31.4.2. Denúncia	1062
32. Desmatamento, Exploração Econômica ou Degradação de Floresta em Terras de Domínio Público ou Devolutas (art. 50-A)	1062
32.1. Sujeito Ativo	1062
32.2. Tipo Objetivo	1062
32.2.1. Exclusão de Crime	1063
32.3. Tipo Subjetivo	1063
32.4. Pena	1063
32.5. Ação Penal	1063
33. Comercialização ou Utilização de Motosserra sem Licença ou Registro (art. 51) ..	1063
33.1. Noção	1063
33.2. Sujeito Ativo	1063
33.3. Tipo Objetivo	1064
33.4. Tipo Subjetivo	1064
33.5. Consumação	1064
34. Ingresso Irregular em Unidade de Conservação Portando Substância ou Instrumento para Caça ou Exploração Florestal (art. 52)	1064
34.1. Sujeito Ativo	1064
34.2. Tipo Objetivo	1064
34.3. Tipo Subjetivo	1065
34.4. Consumação	1065
34.5. Concurso de Crimes	1065
35. Poluição (art. 54)	1065
35.1. Bem Jurídico	1065
35.2. Sujeito Ativo	1066
35.3. Tipo Objetivo	1066
35.3.1. Crime Configurado	1067
35.3.2. Crime Não Configurado	1068
35.4. Tipo Subjetivo	1068
35.5. Consumação	1069
35.6. Concurso de Crimes	1069
35.7. Pena	1069

35.8. Ação Penal	1069
35.8.1. Competência	1069
35.8.2. Exame de Corpo de Delito	1070
36. Poluição Qualificada (art. 54, § 2º)	1070
36.1. Inc. I	1070
36.2. Inc. II	1071
36.3. Inc. III	1071
36.4. Inc. IV	1071
36.5. Inc. V	1071
36.6. Tipo Subjetivo	1071
36.7. Consumação	1071
37. Poluição Omissiva (art. 54, § 3º)	1071
37.1. Tipo Objetivo	1071
37.2. Consumação	1072
37.3. Ação Penal	1072
38. Lavra sem Autorização (art. 55)	1072
38.1. Noção	1072
38.2. Bem Jurídico	1072
38.3. Tipo Objetivo	1073
38.3.1. Extração para Obras Públicas	1074
38.3.2. Princípio da Insignificância	1075
38.4. Tipo Subjetivo	1075
38.5. Consumação	1075
38.6. Concurso de Crimes	1075
38.6.1. Concurso Aparente	1075
38.6.2. Usurpação	1076
38.7. Pena	1077
38.8. Ação Penal	1077
38.8.1. Competência	1077
38.8.2. Perícia	1078
39. Omissão na Recuperação (art. 55, parágrafo único)	1078
39.1. Sujeito Ativo	1078
39.2. Tipo Objetivo	1079

39.3. Tipo Subjetivo	1079
40. Substância Tóxica, Perigosa ou Nociva (art. 56)	1079
40.1. Noção	1079
40.2. Bem Jurídico	1079
40.3. Sujeito Ativo	1079
40.4. Tipo Objetivo	1079
40.4.1. Tipo Básico	1079
40.4.2. Norma Penal em Branco	1080
40.4.3. Crime Configurado	1080
40.4.4. Crime Não Configurado	1080
40.4.5. Princípio da Insignificância	1080
40.4.6. Modalidades Derivadas	1081
40.5. Tipo Subjetivo	1081
40.6. Consumação	1081
40.7. Pena	1081
40.8. Concurso de Crimes	1081
40.9. Ação Penal	1082
40.9.1. Competência	1082
40.9.1.1. JE	1082
40.9.1.2. JF	1082
40.9.2. Prova Pericial	1083
40.9.3. Apreensão de Bens	1083
41. Crimes Preterdolosos (art. 58)	1083
42. Obra ou Serviço Potencialmente Poluidor Sem Licença (art. 60)	1084
42.1. Tipo Objetivo	1084
42.2. Tipo Subjetivo	1085
42.3. Consumação	1085
42.4. Ação Penal	1085
42.4.1. Competência	1085
42.4.2. Justa Causa	1086
43. Disseminação de Doença, Praga ou Espécies Danosas (art. 61)	1086
43.1. Tipo Objetivo	1086
43.2. Tipo Subjetivo	1086

Crimes Federais

43.3. Consumação.....	1086
44. Destruição, Inutilização ou Deterioração de Bem Protegido (art. 62).....	1086
44.1. Noção.....	1086
44.2. Sujeito Ativo.....	1087
44.3. Tipo Objetivo.....	1087
44.4. Tipo Subjetivo.....	1087
44.5. Ação Penal.....	1087
45. Alteração de Edificação ou Local Protegido (art. 63).....	1087
45.1. Noção.....	1087
45.2. Tipo Objetivo.....	1088
45.2.1. Crime Configurado.....	1088
45.2.2. Crime Não Configurado.....	1089
45.3. Consumação.....	1089
45.4. Tipo Subjetivo.....	1089
45.4.1. Erro de Tipo.....	1089
45.5. Pena.....	1089
45.6. Ação Penal.....	1090
45.6.1. Competência.....	1090
45.6.2. Prova.....	1090
46. Construção em Solo Não Edificável (art. 64).....	1090
46.1. Sujeito Ativo.....	1090
46.2. Tipo Objetivo.....	1090
46.2.1. Crime Configurado.....	1090
46.2.2. Crime Não Configurado.....	1091
46.3. Tipo Subjetivo.....	1091
46.4. Concurso de Crimes.....	1091
46.5. Pena.....	1092
46.6. Ação Penal.....	1092
47. Pichação e Grafite (art. 65).....	1093
47.1. Noção.....	1093
47.2. Sujeito Ativo.....	1093
47.3. Tipo Objetivo.....	1093
47.4. Tipo Subjetivo.....	1093

48. Afirmação Falsa ou Enganosa, Omissão da Verdade ou Sonegação de Informações ou Dados (art. 66)	1093
48.1. Sujeito Ativo	1093
48.2. Sujeito Passivo	1093
48.3. Tipo Objetivo	1093
48.4. Tipo Subjetivo	1094
48.5. Consumação	1094
49. Concessão Irregular de Licença (art. 67)	1094
49.1. Noção	1094
49.2. Sujeito Ativo	1095
49.3. Sujeito Passivo	1095
49.4. Tipo Objetivo	1095
49.5. Tipo Subjetivo	1095
49.6. Ação Penal	1095
50. Omissão de Obrigação de Relevante Interesse Ambiental (art. 68)	1096
50.1. Sujeito Ativo	1096
50.2. Tipo Objetivo	1096
50.3. Tipo Subjetivo	1097
50.4. Consumação	1097
50.5. Pena	1097
50.6. Ação Penal	1097
50.6.1. Competência	1097
50.6.2. Denúncia	1097
51. Obstar a Fiscalização (art. 69)	1097
51.1. Noção	1097
51.2. Sujeito Ativo	1098
51.3. Sujeito Passivo	1098
51.4. Tipo Objetivo	1098
51.5. Tipo Subjetivo	1098
51.6. Consumação	1098
52. Estudo, Laudo ou Relatório Falso ou Enganoso (art. 69-A)	1099
52.1. Noção	1099
52.2. Sujeito Ativo	1099

Crimes Federais

52.3. Sujeito Passivo	1099
52.4. Tipo Objetivo	1099
52.5. Tipo Subjetivo	1100
52.6. Consumação	1100
REFERÊNCIAS	1100
28. LAVAGEM DE DINHEIRO (LEI 9.613/98).	1102
1. Noção	1102
1.1. Extraterritorialidade	1103
1.2. Nomenclatura	1103
1.3. Conceito	1104
1.4. Fases	1104
2. Bem Jurídico	1105
3. Sujeitos Ativo e Passivo	1105
3.1. Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica	1106
3.2. Sujeito Passivo	1106
4. Tipo Objetivo	1106
4.1. Infrações Penais Antecedentes	1106
4.1.1. Tentativa	1108
4.1.2. Crime Cometido no Exterior	1108
4.1.3. Antigo Rol de Crimes Antecedentes	1108
4.1.3.1. Tráfico Ilícito de Drogas	1108
4.1.3.2. Terrorismo e seu Financiamento	1109
4.1.3.3. Contrabando ou Tráfico de Armas	1109
4.1.3.4. Extorsão Mediante Sequestro	1110
4.1.3.5. Crimes Contra a Administração Pública	1110
4.1.3.6. Crimes contra o SFN	1111
4.1.3.7. Crimes Praticados por Organizações Criminosas	1111
4.1.3.8. Praticado por Particular contra a Administração Pública Estrangeira	1113
4.2. Objeto Material	1113
4.3. Condutas	1114
4.3.1. Ocultação	1116
4.3.2. Dissimulação	1117

4.4. Crime Não Configurado	1119
5. Tipo Subjetivo	1120
5.1. Dolo Eventual	1120
5.2. Prova do Dolo	1121
5.3. Erro de Proibição	1121
6. Consumação	1122
6.1. Tentativa	1122
7. Tipos Derivados (LLD, art. 1º, §§ 1º e 2º)	1122
7.1. Noção	1122
7.2. Conversão em Ativos Lícitos (§ 1º, I)	1122
7.3. Condutas Assemelhadas à Receptação (§ 1º, II)	1123
7.3.1. Tipo Objetivo	1123
7.3.2. Tipo Subjetivo	1124
7.3.3. Consumação	1124
7.4. Superfaturamento ou Subfaturamento em Importação ou Exportação (§ 1º, III)	1124
7.5. Integração ou Utilização de Valores Suspeitos em Atividade Econômica ou Financeira (§ 2º, I)	1125
7.6. Associação (§ 2º, II)	1125
7.6.1. Noção	1125
7.6.2. Tipo Objetivo	1125
8. Concurso de Crimes	1126
8.1. Concurso Material	1126
8.2. Falsa Identidade para Realização de Operação de Câmbio (LCSFN, art. 21)	1127
8.3. Evasão de Divisas (LCSFN, art. 22)	1127
8.4. Crime contra a Ordem Tributária (Lei 8.137/90, arts. 1º e 2º)	1128
8.5. Peculato (CP, art. 312)	1129
9. Pena	1129
9.1. Primeira Fase	1129
9.2. Segunda Fase	1129
9.3. Terceira Fase	1129
9.3.1. Colaboração Premiada	1130
9.4. Efeitos da Condenação	1130

Crimes Federais

10. Ação Penal	1132
10.1. Unidade de Processo e Julgamento	1133
10.2. Varas Especializadas	1134
10.3. Autonomia	1135
10.4. Denúncia	1137
10.5. Rito	1138
10.6. Citação por Edital	1138
10.7. Investigação	1139
10.8. Prova	1140
10.8.1. Prova Emprestada	1141
10.8.2. Ação Controlada	1141
10.9. Prisão em Flagrante	1141
11. Medidas Assecuratórias	1142
11.1. Noção	1142
11.2. Conceitos	1143
11.3. Legitimidade para Postular	1143
11.4. Bens Passíveis de Constrição	1144
11.5. Finalidades da Constrição	1145
11.6. Requisitos	1145
11.7. Alienação Antecipada	1146
11.8. Pedido de Restituição	1146
11.8.1. Legitimidade para Pedido de Restituição	1148
11.8.2. Terceiro de Boa-Fé	1148
11.8.3. Inversão do Ônus da Prova	1149
11.9. Prazo	1150
11.10. Administração dos Bens	1150
11.10.1. Fiel Depositário	1151
11.10.2. Caução	1151
11.11. Quadro-Resumo das Medidas Assecuratórias	1152
12. Cooperação Jurídica Internacional	1152
13. Controle Administrativo	1153
13.1. Noção	1154

13.2. Pessoas Sujeitas aos Mecanismos de Controle	1155
13.3. Deveres	1157
13.3.1. Identificação	1157
13.3.2. Manutenção dos Registros	1157
13.3.3. Comunicação de Operações Suspeitas ou Atípicas	1158
13.4. Sanções Administrativas	1160
14. Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF	1160
14.1. Compartilhamento de Informações	1162
15. Quadro-Resumo	1163
REFERÊNCIAS	1164
29. TRÁFICO INTERNACIONAL DE ARMAS DE FOGO (LEI 10.826/03, ART. 18)	1167
1. Noção	1167
2. Bem Jurídico	1168
3. Sujeito Ativo	1168
4. Tipo Objetivo	1168
4.1. Ementa	1168
4.2. Conduta	1169
4.3. Objeto	1169
4.4. Uso Permitido	1171
4.5. Fabricação Nacional	1171
4.6. Norma Penal em Branco	1171
4.7. Princípio da Insignificância	1171
5. Tipo Subjetivo	1172
5.1. Erro de Proibição	1172
6. Consumação	1173
6.1. Tentativa	1173
7. Concurso de Crimes	1173
7.1. Crime Único	1173
7.2. Distinções	1173
7.2.1. Contrabando	1173
7.2.2. Facilitação de Contrabando ou Descaminho	1174

7.2.3. Crime contra a Segurança Nacional	1174
7.3. Concurso Formal	1174
8. Pena	1174
8.1. Pena em Abstrato	1174
8.2. Primeira Fase	1175
8.3. Terceira Fase	1175
8.4. Efeito da Condenação	1175
9. Ação Penal	1175
9.1. Exame Pericial	1176
9.2. Liberdade Provisória	1176
9.3. Destinação	1177
REFERÊNCIAS	1177
30. TRÁFICO TRANSNACIONAL DE DROGAS (LEI 11.343/06)	1178
1. Noção	1178
1.1. Nomenclatura	1179
1.2. Combinação de Leis	1179
1.3. Extraterritorialidade	1179
2. Bem Jurídico	1180
3. Sujeito Ativo	1181
4. Sujeito Passivo	1181
5. Consumo Pessoal (art. 28)	1181
5.1. Noção	1181
5.2. Sujeito Ativo	1181
5.3. Tipo Objetivo	1181
5.3.1. Semeadura, Cultivo ou Colheita para Uso Pessoal	1182
5.3.2. Princípio da Insignificância	1182
5.4. Tipo Subjetivo	1183
5.5. Penas	1185
5.6. Ação Penal	1186
5.6.1. Competência	1186
5.6.2. Ônus da Prova	1187
5.6.3. Transação	1187

6. Art. 33.....	1187
6.1. Sujeito Ativo.....	1187
6.1.1. Usuário ou Dependente.....	1188
6.2. Tipo Objetivo.....	1188
6.2.1. Condutas.....	1188
6.2.2. Mercancia Efetiva.....	1190
6.2.3. Habitualidade.....	1190
6.2.4. Posse Direta.....	1191
6.2.5. Objeto.....	1191
6.2.5.1. Cloreto de Etila (“Lança-perfume”).....	1192
6.2.5.2. <i>Abolitio Criminis</i> e Lança-perfume.....	1192
6.2.5.3. Modificação da Lista de Drogas.....	1193
6.2.6. Inexistência de Autorização ou em Desacordo com Determinação Legal ou Regulamentar.....	1193
6.3. Tipo Subjetivo.....	1193
6.3.1. Dolo Eventual.....	1193
6.3.2. Erro.....	1194
6.3.3. Erro de Proibição.....	1194
6.3.4. Erro de Tipo.....	1194
6.3.5. Dificuldades Financeiras.....	1195
6.4. Consumação.....	1196
6.4.1. Desnecessidade de Lesão Efetiva.....	1196
6.4.1.1. Modalidade Remeter.....	1196
6.4.2. Flagrante Preparado.....	1197
6.4.3. Simulação.....	1197
6.5. Tentativa.....	1198
6.5.1. Modalidades Permanentes.....	1198
6.6. Concurso de Crimes.....	1198
6.6.1. Concurso Formal.....	1199
6.6.2. Crime Continuado.....	1199
6.6.3. Concurso Aparente.....	1200
6.6.3.1. Receptação (CP, art. 180).....	1200
6.6.3.2. Falsificação, Corrupção, Adulteração ou Alteração de Produto Terapêutico ou Medicinal (CP, art. 273).....	1200

6.6.3.3. Contrabando (CP, art. 334).....	1201
6.6.3.4. Favorecimento Real.....	1201
6.6.4. Concurso Material.....	1201
6.6.4.1. Associação e Tráfico	1201
6.6.4.2. Crime contra a Ordem Tributária	1201
6.7. Pena	1201
7. Matéria-Prima, Insumo ou Produto Químico (art. 33, § 1º, I).....	1202
7.1. Tipo Objetivo.....	1202
7.2. Ação Penal	1203
7.2.1. Competência	1203
8. Semeadura, Cultivo e Colheita (art. 33, § 1º, II).....	1203
8.1. Noção	1203
8.2. Tipo Objetivo.....	1203
8.3. Tipo Subjetivo	1204
8.4. Consumação.....	1204
9. Utilização ou Consentimento de Utilização de Local (art. 33, § 1º, III).....	1204
9.1. Sujeito Ativo	1204
9.2. Tipo Objetivo.....	1204
9.3. Tipo Subjetivo	1204
9.4. Consumação.....	1204
10. Induzimento, Instigação ou Auxílio (art. 33, § 2º)	1204
10.1. Noção	1204
10.2. Tipo Objetivo.....	1205
10.3. Tipo Subjetivo	1205
10.4. Consumação.....	1205
11. Fornecimento Gratuito para Consumo em Conjunto (art. 33, § 3º).....	1205
11.1. Noção	1205
11.2. Sujeito Ativo	1206
11.3. Tipo Objetivo.....	1206
11.4. Tipo Subjetivo	1206
11.5. Consumação.....	1206
11.6. Pena	1207
12. Petrechos para Preparação, Fabricação ou Transformação (art. 34).....	1207

12.1. Noção	1207
12.2. Tipo Objetivo	1207
12.3. Concurso de Crimes	1207
13. Associação para o Tráfico (art. 35)	1207
13.1. Noção	1207
13.2. Sujeito Ativo	1208
13.3. Tipo Objetivo	1208
13.4. Associação e Concurso de Agentes	1209
13.4.1. Crime Configurado	1211
13.4.2. Condenação de Todos os Agentes	1212
13.4.3. Posse de Substância Proibida	1212
13.4.4. Divisão de Tarefas	1212
13.5. Tipo Subjetivo	1212
13.6. Consumação	1212
13.7. Concurso de Crimes	1212
13.7.1. Crime Único	1212
13.7.2. Concurso Material	1213
13.7.3. Associação para o Tráfico e Associação Criminosa (CP, art. 288)	1213
13.8. Pena	1213
13.9. Ação Penal	1214
13.9.1. Competência	1214
13.9.2. Pluralidade de Ações Penais	1214
13.9.3. Prova	1214
14. Financiamento ou Custeio (art. 36)	1214
14.1. Noção	1214
14.2. Sujeito Ativo	1214
14.3. Tipo Subjetivo	1215
14.4. Tipo Objetivo	1215
14.5. Consumação	1215
14.6. Concurso de Crimes	1215
14.6.1. Concurso Aparente	1215
15. Colaboração como Informante (art. 37)	1216
15.1. Noção	1216

Crimes Federais

15.2. Sujeito Ativo	1217
15.3. Tipo Objetivo	1217
15.4. Tipo Subjetivo	1218
15.5. Consumação	1218
16. Prescrição ou Aplicação Culposa por Profissional da Saúde (art. 38)	1218
16.1. Sujeito Ativo	1218
16.2. Tipo Subjetivo	1218
17. Inimputabilidade	1218
17.1. Semi-imputabilidade	1219
17.2. Tratamento	1219
18. Pena	1220
18.1. Primeira Fase	1220
18.1.1. Circunstâncias Preponderantes	1220
18.1.2. Quantidade	1221
18.1.3. Culpabilidade	1222
18.1.4. Circunstâncias	1222
18.2. Segunda Fase	1223
18.2.1. Liderança (CP, art. 62, I)	1223
18.2.2. Paga ou Promessa de Recompensa (CP, art. 62, IV)	1223
18.2.3. Confissão	1224
18.3. Terceira Fase	1224
18.3.1. Causa de Diminuição	1224
18.3.1.1. Requisitos	1224
18.3.1.2. Quantitativo da Diminuição	1226
18.3.1.3. Retroatividade	1228
18.3.2. Multiplicidade de Causas de Aumento	1229
18.3.3. Quantitativo do Aumento	1230
18.3.4. Causas de Aumento (art. 40)	1230
18.3.4.1. Transnacionalidade (inciso I)	1230
18.3.4.3. Local do Crime (inciso III)	1233
18.3.4.4. Violência, Grave Ameaça, Arma de Fogo ou Processo de Intimidação Difusa ou Coletiva (inciso IV)	1234
18.3.4.5. Tráfico Interestadual (inciso V)	1235

18.3.4.6. Corrupção de Menores ou Incapazes (inciso VI)	1235
18.3.4.7. Financiamento ou Custeio do Crime (inciso VII)	1236
18.4. Pena de Multa	1236
18.5. Regime Inicial de Cumprimento	1237
18.6. PRD	1237
18.6.1. Consumo Pessoal	1237
18.6.2. Tráfico de Drogas	1237
18.6.3. Suspensão Condicional da Pena	1238
18.6.4. Colaboração Premiada	1238
19. Perda de Bens	1239
19.1. Alienação Antecipada	1241
19.2. Destinação da Droga Apreendida	1242
20. Ação Penal	1243
20.1. Competência	1243
20.1.1. JEC	1243
20.1.2. Transnacionalidade	1243
20.1.2.1. Caracterização	1243
20.1.2.2. Prova da Transnacionalidade	1246
20.1.2.3. Droga de Origem Estrangeira Remota	1248
20.1.2.4. Lança-perfume	1248
20.1.2.5. Delegação de Competência	1249
20.1.2.6. O Problema da Perpetuação da Competência	1249
20.1.3. Tráfico a Bordo de Aeronave	1250
20.1.4. Competência por Conexão	1250
20.1.5. Competência Territorial	1251
20.2. Procedimento	1251
20.2.1. Defesa Preliminar	1252
20.2.2. Interrogatório	1252
20.2.2.1. Questionamento sobre a Dependência	1252
20.2.2.2. Exame de Dependência	1253
20.3. Prova	1254
20.3.1. Ação Controlada	1254
20.3.2. Materialidade	1254
20.3.2.1. Auto de Apreensão	1254

20.3.2.2. Exame de Corpo de Delito Indireto	1255
20.3.2.3. Duplicidade de Laudos	1255
20.3.2.4. Laudo Preliminar de Constatação	1255
20.3.2.5. Laudo Definitivo	1256
20.3.2.5.1. Divergência Quantitativa	1256
20.3.2.5.2. Amostragem	1257
20.3.2.5.3. Requisitos	1257
20.3.2.5.4. Princípio Ativo	1257
20.3.2.5.5. Momento da Juntada	1257
20.3.2.5.6. Intimação da Defesa	1257
20.3.2.5.7. Laudo Estrangeiro	1258
20.3.2.5.8. Peritos	1258
20.4. Audiência de Instrução e Julgamento	1258
20.5. Flagrante	1258
20.6. Liberdade Provisória	1259
20.7. Afastamento Cautelar	1260
20.8. Excesso de Prazo	1260
20.9. Apelo em Liberdade	1261
20.10. Cooperação Internacional	1261
REFERÊNCIAS	1262
31. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (LEI 12.850/13)	1265
1. Vigência	1265
2. Conceito e Aplicabilidade da Lei	1265
2.1. Antecedentes	1265
2.2. Relevância	1266
2.3. Conceito Legal	1267
2.3.1. Associação Estruturalmente Ordenada	1267
2.3.2. Pluralidade de Agentes	1268
2.3.3. Divisão de Tarefas	1268
2.3.4. Fim de Obtenção de Vantagem	1269
2.3.5. Prática de Infrações Penais Graves ou Transnacionais	1269
2.4. Extensão da Aplicabilidade da Lei	1270
2.4.1. Crime Transnacional Previsto em Tratado	1270

2.4.2. Organizações Terroristas Internacionais	1271
3. Características Acidentais das Organizações Criminosas	1272
3.1. Estrutura Empresarial	1272
3.2. Hierarquia	1273
3.3. Disciplina	1274
3.4. Conexão com o Estado	1274
3.4.1. Corrupção	1274
3.4.2. Clientelismo	1275
3.5. Violência	1275
3.6. Flexibilidade e Mobilidade dos Agentes	1276
3.7. Mercado Ilícito ou Exploração Ilícita de Mercados Lícitos	1276
3.8. Monopólio ou Cartel	1277
3.9. Controle Territorial	1277
3.10. Uso de Meios Tecnológicos Sofisticados	1278
3.11. Compartimentalização	1278
4. Tipos Penais	1278
4.1. Tipo Básico (art. 2º, <i>caput</i>)	1278
4.1.1. Noção	1278
4.1.2. Bem Jurídico	1279
4.1.3. Sujeito Ativo	1279
4.1.4. Sujeito Passivo	1279
4.1.5. Tipo Objetivo	1279
4.1.6. Tipo Subjetivo	1280
4.1.7. Consumação	1280
4.1.8. Concurso de Crimes	1280
4.1.9. Penas	1280
4.1.9.1. Agravante (art. 2º, § 3º)	1280
4.1.9.2. Causas de Aumento	1280
4.1.9.2.1. Arma de Fogo	1280
4.1.9.2.2. Participação de Criança ou Adolescente	1281
4.1.9.2.3. Concurso de Funcionário Público	1281
4.1.9.2.4. Destinação ao Exterior	1281
4.1.9.2.5. Conexão com Outras Organizações	1282

4.1.9.2.6. Transnacionalidade.....	1282
4.2. Embaraço de Investigação (art. 2º, § 1º)	1282
4.2.1. Noção.....	1282
4.2.2. Sujeito Ativo.....	1283
4.2.3. Tipo Objetivo.....	1283
4.2.4. Tipo Subjetivo.....	1284
4.2.5. Consumação.....	1284
4.2.6. Concurso de Crimes.....	1284
4.3. Revelação da Identidade ou Imagem do Colaborador (art. 18)	1284
4.3.1. Noção.....	1284
4.3.2. Sujeito Ativo.....	1284
4.3.3. Tipo Objetivo.....	1284
4.3.4. Tipo Subjetivo.....	1285
4.3.5. Consumação.....	1285
4.3.6. Concurso de Crimes.....	1285
4.4. Falsa Colaboração (art. 19)	1285
4.4.1. Noção.....	1285
4.4.2. Sujeito Ativo.....	1285
4.4.3. Tipo Objetivo.....	1285
4.4.4. Tipo Subjetivo.....	1285
4.4.5. Consumação.....	1286
4.4.6. Concurso de Crimes.....	1286
4.5. Violação de Sigilo de Ação Controlada ou Infiltração (art. 20)	1286
4.5.1. Noção.....	1286
4.5.2. Sujeito Ativo.....	1286
4.5.3. Tipo Objetivo.....	1286
4.5.4. Tipo Subjetivo.....	1286
4.5.5. Consumação.....	1286
4.5.6. Concurso de Crimes.....	1286
4.6. Recusa ou Omissão de Dados Cadastrais, Registros, Documentos ou Informações (art. 21).....	1286
4.6.1. Noção.....	1286
4.6.2. Sujeito Ativo.....	1287
4.6.3. Tipo Objetivo.....	1287

4.6.4. Tipo Subjetivo	1287
4.6.5. Consumação	1287
4.6.6. Concurso de Crimes	1287
4.7. Uso Indevido de Dados Cadastrais (art. 21, parágrafo único)	1287
4.7.1. Noção	1287
4.7.2. Sujeito Ativo	1287
4.7.3. Tipo Objetivo	1288
4.7.4. Tipo Subjetivo	1288
4.7.5. Consumação	1288
4.7.6. Concurso de Crimes	1288
5. Investigação e Meios de Obtenção de Prova (cap. II)	1288
5.1. Colaboração Premiada (art. 3º, I)	1289
5.1.1. Histórico	1289
5.1.2. Noção	1289
5.1.3. Crítica	1290
5.1.4. Lei Aplicável	1291
5.1.5. Precauções	1292
5.1.6. Requisitos	1293
5.1.6.1. Confissão	1294
5.1.6.2. Efetividade da Colaboração	1294
5.1.7. Momento	1295
5.1.8. Extensão	1295
5.1.8.1. Extensão Subjetiva	1296
5.1.8.2. Vinculação	1296
5.1.9. Direitos do Colaborador	1297
5.1.10. Deveres do Colaborador	1299
5.1.11. Procedimento	1299
5.1.11.1. Caráter Negocial	1299
5.1.11.2. Assistência de Advogado	1301
5.1.11.3. Registro dos Atos	1301
5.1.11.4. Sigilo do Procedimento	1301
5.2. Gravação Ambiental (art. 3º, II)	1302
5.2.1. Conceitos	1302

5.2.2. Admissibilidade	1302
5.3. Ação Controlada (art. 3º, III)	1305
5.4. Acesso a Registros, Dados Cadastrais, Documentos e Informações (art. 3º, IV)	1306
5.4.1. Dados Cadastrais	1306
5.4.2. Empresas de Transporte	1306
5.4.3. Relações de Chamadas	1306
5.4.4. Acesso a Dados em Geral	1307
5.5. Interceptação de Comunicações Telefônicas e Telemáticas (art. 3º, V)	1308
5.6. Afastamento dos Sigilos Financeiro ou Bancário e Fiscal (art. 3º, VI)	1308
5.6.1. Sigilo Financeiro ou Bancário	1308
5.6.2. Sigilo Fiscal	1309
5.6.2.1. Noção	1309
5.6.2.2. Competência	1310
5.6.2.3. MP	1311
5.6.2.4. Iniciativa	1311
5.6.2.5. Requisitos	1311
5.6.2.6. Objetivos	1311
5.6.2.7. Medida Cabível	1311
5.7. Infiltração de Agentes (art. 3º, VII)	1312
5.7.1. Noção	1312
5.7.2. Constitucionalidade	1313
5.7.3. Legitimidade	1314
5.7.4. Requisitos	1315
5.7.5. Prazo	1315
5.7.6. Controle	1316
5.7.7. Sigilo	1316
5.7.8. Imunidade do Agente Infiltrado	1317
5.7.9. Direitos do Agente	1318
5.7.10. Direito Comparado	1318
5.8. Compartilhamento de Informações (art. 3º, VIII)	1320
6. Procedimentos Não Regulados na Lei Brasileira	1320
6.1. Informante	1320
6.2. Cruzamento Computadorizado de Informações	1320

6.3. Denúncia Anônima	1323
6.4. Identificação Criminal	1324
6.5. Cooperação Internacional	1325
7. Regras Processuais	1325
7.1. Procedimento Ordinário	1325
7.2. Prazo da Prisão Cautelar	1325
7.3. Competência	1327
7.3.1. Competência Territorial	1327
7.3.2. Separação de Feitos	1327
7.4. Segredo de Justiça e Acesso a Autos	1327
7.5. Prazo de Vista e Interrogatório	1331
7.6. Prisão Processual e Liberdade Provisória	1332
7.7. Afastamento do Cargo	1333
8. Execução Penal	1333
8.1. Regime Disciplinar Diferenciado	1333
8.1.1. Noção	1333
8.1.2. Antecedentes	1334
8.1.3. Medidas Aplicáveis	1334
8.1.4. Hipóteses	1336
8.1.5. Procedimento	1337
8.1.6. Constitucionalidade	1339
8.2. Transferência para Estabelecimento Federal de Segurança Máxima	1342
8.2.1. Antecedentes	1342
8.2.2. Regime Atual	1343
REFERÊNCIAS	1344
Referências gerais	1349